

Revista



Aeronáutica

ISSN 0486-6274

Número 318
2023



EXPEDIENTE

Jan a Mar ▪ 2023

Presidente

Maj Brig Ar Marco Antonio
Carballo Perez

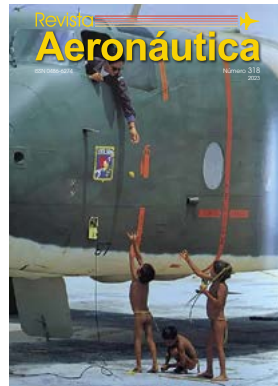
1º Vice-Presidente

Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

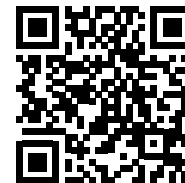
2º Vice-Presidente

Brig Inf Augusto Cesar Amaral

Aeronave
de transporte
C-115 Buffalo do
1º/9º GA.



Fotografe o código
abaixo para ler esta
revista, fazer download
e ou compartilhar as
edições anteriores.



ISSN 0486-6274

SEDE CENTRAL

Praça Marechal Âncora, 15
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200
• PABX (21) 2210-3212
Terça-feira a sexta-feira,
das 8h às 12h e 13h às 17h

Superintendente

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Diretor Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Diretor Social, Tecnologia da Informação e Hotel

Cel Av Ajauri Barros de Melo

Diretor Financeiro e Patrimonial

Cel Int Genivaldo Bezerra de Oliveira

Diretor Administrativo

Cel Int Carlos Alberto Macedo de Brito

Diretor de Contratos

Ten Cel Esp Sup Evandro José Barros Leite

Diretor Beneficente e Secretaria-Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Dep. Comunicação Social

Cecília Ferreira

SEDE BARRA

Av. Raquel de Queiroz, s/nº
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-100
• (21) 3325-2681
Quarta-feira a domingo, das 9h às 17h30

Superintendente

Cel Inf Jupiaci Tadeu Martins Belo

Diretor Desportivo

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Diretor Aerodesportivo

Cel Av William Cristovam

Assessores

Social - Brig Inf Augusto Cesar Amaral
Financeiro - Cel Int Jailton Porto de Faria
Administrativo e Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues

SEDE LACUSTRE

Estrada da Figueira, nº 1
CEP: 28930-000 - Arraial do Cabo - RJ
• (22) 2662-1510 / (21)98849-8886

Superintendente

Cap Esp Met José Renato do Nascimento

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto
Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL

Presidente - Maj Brig Int Manoel José
Manhães Ferreira

COMISSÃO INTERCLUBES MILITARES

Assessores Clube de Aeronáutica

Maj Brig Ar Venancio Grossi
Cel Av Araken Hipolito da Costa
Cel Av Ajauri Barros de Melo

REVISTA AERONÁUTICA

(21) 2220-3691
revista@caer.org.br

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial

Ten Brig Ar Marco Aurélio Mendes
Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez
Cel Av Bruno Pedra
Cel Av Renato Paiva Lamounier
Cel Av Araken Hipolito da Costa

Relações Públicas

Cecília Ferreira

Produção Editorial e Design Gráfico

Núbia Santos

Revisão

Lara Alves

Administrativo

Matheus Martins

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.

SUMÁRIO

- | | | | |
|----|---|----|--|
| 2 | Mensagem do Presidente
<i>Marco Antonio Carballo Perez</i>
Maj Brig Ar | 24 | Operações da Aviação
do Exército...
<i>Claudio Moreira Bento</i>
Cel Ex Eng |
| 4 | A Revolução Democrática
de 1964
<i>O Livro Negro do Terrorismo no Brasil.</i>
Pesquisadores Anônimos | 28 | Antártida 1980
<i>Hélio Carvalho Perez</i>
Cel Av |
| 12 | Uma Teoria do Tributo
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>
Jurista | 30 | Histórias de um Tenente
Polivalente
<i>Astor Nina de Carvalho Netto</i>
Ten Brig Ar |
| 15 | Manifestações
<i>Jesse Ribeiro McDonell</i>
Ten Cel Dent | 35 | Ideias de Brasil
<i>George Walter Wink</i>
Professor |
| 16 | Um Brasil sob Controle do
STF e do Governo, sem
Oposição?
<i>Revista Oeste</i> | 40 | O Tenentismo
<i>Frederico José Bergamo de Andrade</i>
Cel Art Ex |
| 18 | Tomada do Poder
<i>Fernando de la Riva</i>
Empresário | 43 | Politização...
<i>Flavio Catoira Kauffmann</i>
Ten Cel Av |
| 20 | As Forças Armadas na
Formação da Identidade...
<i>Araken Hipólito da Costa</i>
Cel Av | 46 | O Fracasso dos Jovens...
<i>Emanuel Steffen</i>
Consultor Financeiro |



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros leitores, civis e militares:

Passados os três primeiros meses do País “sob nova direção” e constatamos que o Brasil é grandioso demais para ser destruído por qualquer motivo! Continuamos nosso caminho em frente, com a economia um pouco abalada, mas estamos sobrevivendo aos infortúnios, esperando um feliz desenlace, otimistas que somos!

É bom lembrar que passamos o aniversário de um fato histórico no País, vivido em 31 de março de 1964! Há 59 anos, o então Presidente João Goulart pretendia estabelecer no Brasil um regime comunista. O País vivia uma instabilidade política muito grande, com agitações, greves e um caos social e econômico estabelecido. Homens, mulheres e crianças foram às ruas na “Marcha da Família, com Deus e pela Liberdade”, apoiado pela mídia e demais forças vivas da Nação. Quem quiser consultar a edição da Revista Manchete de abril de 1964 verá belas fotos das multidões nas ruas Vencemos mais essa batalha contra o comunismo, mas não esqueçam: a guerra continua! O povo de bem

precisa continuar atento e alerta! Como já disseram: “O preço da liberdade é a eterna vigilância”.

Ressaltamos que, no nosso site www.caer.org.br, podemos ter acesso a todas as 317 edições da nossa Revista Aeronáutica, inclusive a de número 25, de março/abril de 1964, onde verão belas matérias daquela época.

Esta edição está bastante rica e densa. Temos ótimas matérias e algumas estórias aeronáuticas. Leitura bem interessante para os nossos seguidores! Agradecemos aos nossos colaboradores, que contribuem para o sucesso da nossa Revista com excelentes textos.

Saudamos a chegada do outono, com suas temperaturas amenas e a revoada de folhas cadentes. Bela Estação!

Tenham uma ótima leitura.

Maj. Brig R1 Marco Antonio Carballo Perez
Presidente do Clube de Aeronáutica



Comitiva da ABRA-PC, formada por pilotos de caça veteranos, conhece o F-39 Gripen, em Anápolis

No dia 2 de fevereiro, uma comitiva da Associação Brasileira de Pilotos de Caça (ABRA-PC) conheceu de perto o Saab F-39 Gripen, novo avião de caça da Força Aérea Brasileira (FAB).

Segundo a FAB, a visita dos veteranos começou pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), em Brasília, onde a comitiva foi recebida pelo Ten Brig Damasceno, Comandante da Aeronáutica. Os militares da reserva assistiram apresentações sobre o programa de inovação estratégica; introdução ao Planejamento Baseado em Capacidade (PBC) no Brasil; e desenvolvimento do PBC e do Plano de Configuração de Força da Aviação de Caça.

“Orgulhamo-nos em ter uma Aviação capaz de utilizar sua dignificante história para traçar rotas seguras, voltadas à superação dos desafios, e que tem, no reconhecimento do precioso valor da força, um legítimo instrumento para a paz social”, disse o Ten Brig Damasceno sobre a aviação de caça da FAB.

À tarde, a comitiva se deslocou para a Base Aérea de Anápolis (BAAN) em um avião do Esquadrão Condor, que foi interceptado por um dos recém-introduzidos F-39. No cerrado, foram recebidos pelo comandante da BAAN, Cel Av Renato Leal Leite, que os conduziu às instalações do 1º Grupo de Defesa Aérea, o Esquadrão Jaguar, unidade que opera os Gripen.

O Comandante do Esquadrão, Ten Cel Av Gustavo de Oliveira Pascotto, ministrou um *briefing* sobre a aeronave e, após a conversa, guiou os integrantes em visita às instalações inauguradas

no último ano, incluindo o sistema de planejamento de missão e o simulador de voo.

Na ocasião, os envolvidos tiveram, ainda, a oportunidade de realizar uma visita a um dos caças F-39 Gripen, já em operação pelo Esquadrão.

O Comandante da BAAN também expressou sua alegria como anfitrião da visita: *“Receber o Comandante da Aeronáutica, os membros do Alto Comando e os membros da ABRA-PC é motivo de muito orgulho para nossa Unidade, em especial, por podermos apresentar uma visão prospectiva da nossa Base Aérea e atestar que seguimos incansáveis na busca pela excelência, cumprindo com afinco nossa missão”*, concluiu.

Para o Presidente da ABRA-PC, Brig Ar Teomar Fonseca Quírico, a visita foi muito importante para ver o que a FAB projeta para o futuro: *“Estamos nesse evento hoje, onde o EMAER apresentou a FAB do futuro. O encontro nos trouxe um conhecimento muito grande, pudemos perceber o planejamento e sentimos uma confiança muito grande em um futuro mais brilhante para nossa Força”*, comentou.

Na ocasião, estiveram presentes também na visita o Presidente do Clube de Aeronáutica (CAER), Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez, e o Diretor do Departamento Cultural do CAER, Cel Av Araken Hipólito da Costa.

A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 1964

O LIVRO NEGRO DO TERRORISMO NO BRASIL
Pesquisadores Anônimos

Ascensão e queda de Goulart

A reação de João Goulart teve início antes mesmo de sua posse. Com a renúncia de Jânio Quadros, apresentou-se um impasse entre as forças que consideravam sua ascensão à Presidência da República uma temeridade para as instituições e as que, por razões diversas, desejavam ver cumprida a Constituição. Em face desse dilema, que poderia conduzir o País a uma guerra civil, o parlamentarismo apresentou-se como a forma política capaz de suplantar democraticamente a crise.

Apesar da desconfiança com que Goulart era encarado por muitos, uma vez empossado, poderia ter chegado ao final de seu mandato – pelo simples fato de que era o sucessor constitucionalmente eleito –, se não adotasse medidas que ferissem a Constituição. Vários fatores concorriam para essa assertiva. Os governadores dos principais estados eram pretensos candidatos às eleições presidenciais previstas para 1965 e tinham interesse que o sistema político continuasse a funcionar normalmente. Nas Forças Armadas, embora houvesse um pequeno grupo que iria, desde logo, conspirar contra Goulart, a imensa maioria de seus quadros era legalista, respeitando incondicionalmente a Constituição. Ademais, a divisão que ocorrera nas Forças Armadas, mais particularmente no Exército, por ocasião da posse de Goulart, fora marcante e funcionava como um freio muito forte a qualquer veleidade de destituir o Presidente.

Goulart, no entanto, acabou caindo. Sua queda, não se deveu às reformas de base que desejou implantar. Elas eram necessárias e a maioria justa, tanto é que a Revolução vitoriosa, a seu modo, acolheu várias delas. Goulart caiu por causa da estratégia e das táticas que adotou. Pretendeu implantar as reformas com ou sem apoio do Congresso, “na lei ou na marra”, como diziam seus seguidores, pela mobilização das massas com o apoio passivo das Forças Armadas e o apoio ativo do dispositivo militar que pensava haver implantado. Buscou mobilizar as massas com ativistas de esquerda, ligando constitucionalmente seu governo ao PCB, mas foi incapaz de conter o radicalismo que até os comunistas mais experientes condenavam, permitin-

do que a desordem interna ultrapassasse os limites do tolerável. Desordem que, adicionada ao abandono do plano econômico do Governo, conduziu uma economia já desorganizada para o caos. Desordem que, pela infiltração do proselitismo e da agitação esquerdista, se instalou na máquina administrativa, no campo, na área educacional e na área trabalhista. Desordem que alcançava as Forças Armadas, com o risco de sua desagregação pela quebra da disciplina e da hierarquia.

A iniciativa da reação

A posse pacífica de João Goulart não trouxe tranquilidade à Nação. O Governador de Minas Gerais, que fora favorável à ascensão de Goulart à Presidência da República, deixava transpirar que “já a partir dos primeiros dias, os propósitos do Presidente indicavam rumos perigosos”. Dando curso a essa preocupação, em 26 de novembro de 1961, ou seja, poucas semanas após a posse de Goulart, Magalhães Pinto, em entrevista à imprensa, declarava: “A Nação continua traumatizada. Pairam no ar indagações inquietantes”.

Esse clima de insegurança que a Nação respirava, aliado às dificuldades econômicas, era sentido de forma mais acentuada pelos empresários. Não era, pois, de estranhar que partissem deles as primeiras iniciativas no sentido de reverter essa situação.

A preocupação dos empresários com a infiltração comunista, com a propaganda esquerdista e com a estatização vinha de algum tempo. Pelo menos, desde os últimos estágios do governo populista de Juscelino Kubitschek. Dessa preocupação, resultou uma série de encontros de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, os quais, com a posse de Goulart, se amiudaram. Da troca de ideias sobre suas responsabilidades na manutenção da liberdade e da democracia, surgiu, no final de novembro de 1961, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES).

O documento básico do Instituto, de autoria de Garrido Torres, intitulado “A responsabilidade democrática do empresariado”, utilizado para o recrutamento de novos adeptos, apresentava o IPES como uma “organização apartidária com objetivos essencialmente

educacionais e cívicos”. Seu lançamento foi recebido favoravelmente pelos principais jornais do País e saudado com entusiasmo por líderes políticos, personalidades eclesíásticas e intelectuais.

A preocupação primeira do IPES era defender a frágil democracia nacional. Como declarava um dos seus fundadores, Paulo Ayres Filho: “A princípio a ideia era resistir, não atacar. Todos queríamos que Jango terminasse o seu mandato”. Suas atividades dos iniciais concentraram-se na distribuição de folhetos e livros e na realização de palestras versando sobre a liberdade e a democracia.

O IPES, porém, não se restringiu ao empresariado. Passaram a integrar seus quadros profissionais liberais, militares da reserva, clérigos, funcionários públicos etc. Com isso, o Instituto não só se expandiu rapidamente para os maiores centros do País como pôde aperfeiçoar sua estrutura para estender sua ação aos vários segmentos sociais. Passou a encorajar associações femininas e organizações estudantis apoiando-as materialmente. Criou um programa de treinamento de lideranças democráticas para homens de negócios, estudantes e operários. Publicava e promovia livros, bem como estimulava a realização de peças teatrais e filmes, e disseminava, pela mídia, discursos e entrevistas defendendo a livre-iniciativa e a democracia.

Mas a situação do País evoluía rapidamente e, no final de 1962, houve uma mudança de atitude de alguns membros do IPES. As ações do Governo fizeram com que uma ala do IPES começasse a achar que a resistência intelectual a que se propunha o Instituto, isto é, a realização de estudos doutrinários para disseminar ideias e esclarecer os cidadãos, não operava os resultados desejados com a necessária rapidez.

Enquanto o IPES continuou com seu trabalho e apoio às atividades de conscientização e esclarecimento da opinião pública, membros da entidade começaram, individualmente ou em grupos, a procurar novas ligações e maneiras mais diretas de manifestar na sua oposição ao estado de coisas que se verificava no País. Dessa atitude decorreu boa parte das inúmeras organizações que surgiram no ano de 1963, com objetivos semelhantes aos do IPES, mas a maioria delas voltada diretamente para a ação política, e algumas delas dispostas mesmo à ação revolucionária, se necessário. Um desses grupos, por exemplo, contactou Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal *O Estado de S. Paulo*, que se tornou o seu chefe nacional e que em 1964 chegou a armar-se para participar diretamente da Revolução.

Outras organizações e associações de classe teriam importante papel no esclarecimento e na mobilização da opinião pública. Na década de 1950, as condições de desenvolvimento haviam estimulado a expansão da estrutura associativa das classes produtoras e fizeram surgir uma geração de empresários jovens e dinâmicos. Esses novos empresários assumiram a direção de boa parte das associações de classe já existentes, como a Confederação e as Federações da Indústria, as Associações Comerciais etc. Nessa época, duas novas entidades surgiram: o Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) e o Instituto Brasileiro de Ação

Democrática (IBAD). Destas, o IBAD foi constituído especificamente com o propósito de “defender a democracia, as instituições e o regime”. O IBAD iria, principalmente após a posse de Goulart, atuar particularmente na conscientização ideológica dos sindicatos e movimentos estudantis. Seu veículo de difusão mensal, *Ação Democrática*, chegaria a ter uma tiragem de 250 mil exemplares.

Embora essas organizações não se tivessem constituído em um bloco ideológico e político monolítico, elas se reuniram e encontrariam sua unidade na situação por que passava o País e iriam influir decisivamente no movimento revolucionário.

A reação no campo político

Nos meios políticos, a oposição mais objetiva às esquerdas e ao Governo, decisiva mesmo para o êxito da Revolução, seria desempenhada pelos Governadores, principalmente os de Minas Gerais, São Paulo e da Guanabara. A efetiva ação desses governadores, porém, só se fez sentir quando se esgotaram as possibilidades de ser mantida a normalidade constitucional. O Senhor Magalhães Pinto, inclusive, quando a conspiração já se realizava com certa desenvoltura, “abriria sua política para um diálogo com as esquerdas e com o Senhor João Goulart, na expectativa de constituir-se um núcleo de transigência e de composição ante a crescente radicalização de posições dentro do País”.

No entanto, desde 1962, organizara-se no Congresso um bloco interpartidário denominado Ação Democrática Parlamentar (ADP), que se constituiu em uma oposição atuante até a Revolução. Contando com cerca de 200 parlamentares, a ADP, permanentemente, tramou batalhas verbais com os representantes das esquerdas, onde, muitas vezes, mais do que o mérito das questões, valiam pelas repercussões alcançadas na opinião pública.

A ADP rebateu as propostas esquerdizantes e apresentou dezenas de projetos técnicos de reformas, com o espírito democrático, contrapondo-se ao sentido socializante, às vezes demagógico, das reformas de base, defendidas pela Frente Parlamentar Nacionalista.



Às três horas da madrugada, sobrepondo-se aos protestos dos partidários de Jango no Congresso, o Senador Auro de Moura Andrade, sob sua responsabilidade, declarou vaga, a presidência da República e anunciou a decisão de transmitir o cargo ao presidente da Câmara dos Deputados.

Foi no Congresso, pela palavra do Deputado Bilac Pinto, que se fez a mais veemente e correta denúncia da guerra revolucionária que se desenvolvia no País, com larga repercussão, particularmente na área militar mais jovem, que desconhecia a magnitude das ações subversivas em curso.

O apoio da imprensa

Os mais influentes jornais e emissoras de rádio e televisão deram, desde o início, seu apoio às campanhas em defesa da democracia. Essas empresas, além de acolher o material preparado pelas organizações empenhadas na defesa do regime, tinham suas próprias campanhas editoriais. Destacaram-se nesse mister a então poderosa rede de jornais, revistas, rádio e televisão dos *Diários Associados*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde* e Rádio Eldorado, do Grupo Mesquita. Ainda em São Paulo, participavam normalmente das campanhas as TVs Record e Paulista, e o *Correio Paulistano*. De grande importância era a participação do jornal *Notícias Populares*, de propriedade do Deputado Herbert Levy, diário militante com grande penetração nas classes trabalhadoras. No Rio de Janeiro, exercia influência semelhante *A Tribuna da Imprensa*, então um jornal antipopulista, e *A Noite*. Também ali participavam os grandes jornais, como *O Globo* e o *Jornal do Brasil*. No Rio Grande do Sul, estavam integrados nesse mesmo objetivo os jornais e as emissoras da empresa Caldas Júnior, o mais importante complexo do setor de mídia do sul do País.

Além das empresas, muitos jornalistas influentes envolveram-se diretamente nas campanhas. Desses, destacavam-se Paulo Malta, que escrevia no influente *Diário de Pernambuco*, e Pedro Dantas, pseudônimo de Prudente de Moraes Neto, em sua respeitada coluna política. Além dos jornalistas, pode-se citar o trabalho desenvolvido na imprensa pelo embaixador José Sette Câmara, pelo também embaixador e poeta Augusto Frederico Schmidt, pela romancista e cronista Rachel de Queirós e pela escritora Nélida Piñon.

Seria exaustiva a citação de todos os escritores, jornalistas, artistas especialistas em comunicação social que participaram dessa empreitada, no entanto, é fácil deduzir quão importante foi essa atuação no preparo da opinião pública. Não se pode deixar de salientar a constituição da denominada Rede da Democracia, que reunia mais de 700 estações de rádio, cujas transmissões iam para o ar na mesma hora em que Brizola transmitia sua arenga revolucionária por uma cadeia de emissoras liderada pela Rádio Mayrink Veiga, quando a luta ideológica se apresentava mais acirrada.

Amplia-se a reação

Em todos os segmentos, onde o proselitismo esquerdista atuava, houve reação. No meio sindical, eram realizados cursos para trabalhadores, dirigidos pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), organismo patrocinado por empresas privadas de São Paulo. O IBAD era outra entidade que atuava nesse meio, promovendo os denominados Eventos Interestaduais de Sindicalismo Democrático, e editando a revista *Repórter Sindical*, com



O General Carlos Luis Guedes cumprimenta o Governador Magalhães Pinto pelo êxito do movimento encabeçado por Minas Gerais.

a finalidade de unificar a ação organizada dos democratas em antecipação à atuação do infiltrado CGT.

O Movimento Sindical Democrático (MSD) era outra entidade que buscava defender os princípios democráticos na área sindical. Antepondo-se aos organismos sindicais controlados pelos



Os Generais Carlos Guedes e Mourão Filho receberam a gratidão dos mineiros. O primeiro declarou: "Compreendam os pregoeiros da indisciplina que o povo brasileiro já não se presta a manobras escusas e que o nosso operário sabe distinguir seus líderes."

comunistas, chegou a ter influência na Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).

Foram inúmeras as entidades que surgiram para antepor-se à ação comunista nos sindicatos e entre os operários. A Federação de Círculos Trabalhadores Cristãos, de grande influência, chegou a estabelecer-se em 17 estados e a criar uma Confederação Nacional. Igual significado tinha o trabalho desenvolvido pelas Federações de Círculos Operários, que ofereciam assistência jurídica, médica, dentária e hospitalar, bem como cooperativas de concessão de crédito e habitacionais. Ministravam cursos variados, pelas Escolas de Líderes Operários, que funcionavam em mais de uma dezena de capitais.

Essas atividades também se estenderam ao campo. No Nordeste, em especial, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), criado por padres, treinava líderes camponeses, incentivava a formação de cooperativas, oferecia cursos de alfabetização e auxiliava na criação de sindicatos de trabalhadores rurais com orientação cristã. Também o IBAD procurava contrapor-se ao método de alfabetização de Paulo Freire e ao Movimento de Educação de Base, oferecendo cursos de alfabetização. Atuavam ainda nessa área a Fraterna Amizade Urbana e Rural (FACUR) e muitas outras entidades que buscavam orientar e esclarecer o trabalhador rural, alvo de violenta e maciça doutrinação esquerdista.

Na área educacional, era onde as esquerdas haviam obtido seu maior êxito e, valendo-se de estudantes e clérigos progressistas, procuravam levar sua doutrinação às massas populares. Várias organizações estavam envolvidas nesse processo: a Ação Popular (AP), que era uma ramificação da JUC; setores radicais da Igreja, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB); a União Nacional dos Estudantes (UNE), por meio de seu Centro Popular de Cultura, bem como o próprio MEC e as Secretarias de Educação dos Estados, por intermédio da Comissão de Cultura Popular. Essas entidades, além de se empenharem em programas de alfabetização, trabalhavam no sentido de concretizar uma das metas da UNE, que, dominada pela AP, se empenhara em realizar a aliança política de trabalhadores, estudantes e camponeses, como pressuposto da Revolução. O elo dessa intensa massa revolucionária eram as reformas de base, tendo como bandeira a reforma agrária.

Surgiram, então, entidades democráticas para atuar em oposição à UNE no movimento estudantil. Uma das mais importantes dessas entidades foi o Grupo de Atuação Política (GAP), que atuava no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo. O objetivo do GAP era levar a palavra ao movimento estudantil, com os argumentos da juventude não comprometida com a UNE, buscando formar uma corrente de oposição consciente dos rumos comunizantes a que o País estaria sendo conduzido. Seu presidente, em depoimento ao historiador Hélio Silva, declarou que: “o movimento não tinha nenhum vínculo com políticos. A tese, desde praticamente o início, era a da solução de um movimento que antecederesse o preparado pelas esquerdas (...)”. Vários outros grupos atuavam nessa área, com objetivos

semelhantes, editando jornais, onde defendiam suas teses, e buscando empolgar a direção das entidades estudantis. Tiveram o apoio material de diversas organizações que à época defendiam as instituições e o regime. Uma das mais importantes contribuições que essas entidades tiveram foi a publicação, com o apoio do IPES, do livro *UNE – Instrumento de Subversão*, no qual sua autora, a estudante Sônia Seganfredo, expunha a infiltração comunista no meio universitário.

Apesar dos esforços feitos, essa foi uma das áreas onde a reação mais se radicalizou, mas onde os êxitos foram atenuados pelo elevado grau de doutrinação que dominava o meio. Essas inúmeras entidades atestaram, porém, que a juventude não esteve omissa nos anos agitados que precederam o 31 de março de 1964.

As mulheres envolvem-se decididamente

Desde 1954, existia, em São Paulo, o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF). Inicialmente criado a fim de protestar contra o alto custo de vida e a falta de instrução cívica nas escolas públicas, o MAF, com o perigo da comunização do País, lançou-se a um trabalho de mobilização e conscientização em favor dos ideais democráticos.

Em 1962, começaram a surgir entidades semelhantes em diversos estados. Algumas delas iriam ter uma participação muito importante na mobilização da consciência democrática nacional. O Marechal Cordeiro de Farias, em entrevista a Lourenço Dantas Mota, diria,

Sou dos que defendem a tese de que a Revolução foi feita pelas mulheres brasileiras, principalmente as de Minas e São Paulo. Todas as pessoas que não estiveram, como eu estive, nesse setor, poderão achar a minha afirmação fora de propósito



Dezenas de senhoras, que provavelmente jamais lidaram com armas de fogo, empunharam metralhadoras para garantir a defesa do Palácio Guanabara.

(...). Acho que nunca ouvi tantos desaforos na minha vida como os que me foram ditos pelas mulheres de São Paulo na antevéspera da Revolução. Elas me diziam então o seguinte: Mas o que os Senhores querem mais que façamos para que tenham a coragem de ir para as ruas? (...).

Nesse ano foi inaugurada, em São Paulo, a União Cívica Feminina (UCF), que visava à “defesa do regime democrático e a despertar a consciência cívica das mulheres”. Apesar de possuir um número de membros menor do que o MAF, a UCF contava com uma rede de núcleos em diversas cidades, e atuava, basicamente, por meio de palestras, conferências e cursos. Ainda em 1962, surgiu no Rio de Janeiro a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE).

A CAMDE concentrava seus esforços sobre as donas de casa e as esposas de líderes sindicais, de funcionários públicos e de militares. Produzia literatura própria, especialmente orientada no sentido das preocupações femininas. Mais de 200 mil exemplares só de um trabalho, descrevendo o que as mulheres podiam fazer, foram distribuídos pela CAMDE às suas associadas, incumbido a cada uma de tirar cinco cópias e mandá-las a possíveis candidatas a sócias.

As mulheres insistiam em ação. Faziam comícios de protesto público; passavam horas ao telefone fazendo suas pregações; enviavam cartas a congressistas e a militares desafiando-os a assumirem posição determinada em defesa da democracia; pressionavam empresas comerciais que faziam propaganda em veículos comunistas; apareciam em comícios para discutir com esquerdistas; e distribuíam milhões de circulares e livretos preparados pelas organizações democráticas. Realmente, trabalhando às claras e sem medo, as mulheres foram as principais responsáveis pela mobilização popular, devendo a elas ser atribuído o mérito maior de o País ter sustado, sem sangue, essa tentativa de tomada do poder.

A evolução da posição dos militares

Apesar da conjuntura interna, em 1963, mais de 80% dos militares continuavam com sua postura legalista. Dos restantes, aproximadamente a metade fazia parte do dispositivo janguista ou concordava com suas posições e os demais eram ativistas da Revolução. Destes últimos, alguns, em especial os da reserva, haviam começado a atuar desde a posse de Jango, ligando-se, orientando e participando das organizações civis mencionadas neste artigo. Outros, deixados sem função, começaram a conspirar nesse ano, como era o caso do então General-de-Exército Cordeiro de Faria. Como o movimento não engrenava no setor militar, onde o episódio da posse em 1961 ainda era um obstáculo decisivo, passaram a trabalhar suas ideias entre os civis. Seus contatos mais importantes seriam com os governadores.

Em setembro, com o levante dos sargentos em Brasília, começou a haver uma mudança de posicionamento nas Forças Armadas. Pelo menos parte dos quadros começou a questionar-se sobre os acontecimentos.

No dia 4 de outubro, houve a tentativa frustrada da prisão do Governador da Guanabara e da decretação do estado de sítio. Os oficiais, que se negaram a cumprir a ordem de prisão do Governador, foram punidos. Sob o estímulo emocional dessas prisões, criou-se um grupo conspiratório. Liderado pelo então Coronel João Baptista de Figueiredo, esse grupo congregava a maioria dos oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e recebera a adesão dos oficiais da Escola Superior de Guerra. Graças à confiança que esse grupo depositava no General Castelo Branco, decidiram seus membros confiar suas apreensões ao Chefe do Estado Maior do Exército. Aceito o contato reservado, o General Castelo Branco integrou-se de forma efetiva ao esquema revolucionário. Com ele viriam os oficiais generais a ele ligados, como Mamede, Malan, Ernesto Geisel e Golbery. Este último, havia algum tempo, era ligado ao IPES.

Esse grupo, que passaria a ter um importante papel no movimento revolucionário, elaborou um plano defensivo que visava a proteger as instituições e as próprias Forças Armadas contra a tentativa de tomada do poder pelas esquerdas. O plano baseava-se nas seguintes premissas: resistir e estimular a resistência civil; dar ânimo aos políticos a se oporem às proposições esquerdistas; e preparar a própria resistência militar. Essa conspiração de cúpula não afetaria, ainda, a disposição da grande maioria dos militares, que se mantinha fiel à Constituição.



Eles vêm de Juiz de Fora e de São João Del Rei para o Vale do Paraíba, sob o comando do General Murici. Em determinado momento, o choque pareceu inevitável: foi quando as forças que partiram do Rio ocuparam Areal, a 3km das linhas avançadas dos mineiros.

Quando se tomou conhecimento da estrutura e da dinâmica do comício programado para o dia 13 de março, no Rio de Janeiro, que, segundo o plano conhecido, desencadearia o processo de tomada do poder, a conspiração tomou caráter ofensivo. Os contatos com os Grandes Comandos foram retomados com vistas a essa nova postura.

O Chefe do Estado-Maior do Exército e o comandante do II Exército já haviam apelado várias vezes ao Ministro para que não empenhasse o prestígio da Força no esquema janguista. No dia 13, porém, protegidos por tropas do Exército, estavam no palanque todas as facções do movimento revolucionário esquerdista – do Sr. Leonel Brizola ao representante do CGT, do Governador Arraes ao presidente da UNE, prestigiados pela presença dos Ministros Militares. A partir desse momento, os conspiradores sabiam que o desfecho estava próximo. Nesse comício, o Presidente atacou a Constituição, tachando-a de arcaica e obsoleta, enfraquecendo a posição daqueles que a defendiam como intocável. Enquanto o Presidente anunciava ter reduzido a termo a solicitação das reformas, o Sr. Leonel Brizola preconizava o fechamento do Congresso. O comício do dia 13 resultou em uma mudança no posicionamento da imprensa. Os editoriais passaram a exigir diretamente que os militares assumissem a responsabilidade de resolver a crise. Começaram a surgir apelos ao papel constitucional dos militares para garantir os três Poderes e não apenas o Executivo. Os editoriais pediam que os militares não apoiassem as ameaças às ordens partidas do Governo. O *Diário de Notícias*, por exemplo, publicou em editorial:

É inegável que existem forças subversivas visando claramente uma tentativa de derrubar o regime e as instituições vigentes (...). Estas forças parecem ter cooptado o próprio presidente e colocaram-se pela primeira vez à frente do processo subversivo de oposição à lei, ao regime e à Constituição. Se a autoridade suprema do Executivo se opõe à Constituição, condena o regime e se recusa a obedecer às leis, ele automaticamente perde o direito de ser obedecido (...).

O Ministro da Justiça de Jango escreveria mais tarde, referindo-se ao episódio: “O comício criou a expectativa de uma crise, de um golpe, rebeliões, tumultos, motins, ou subversão da ordem geral no País...”.

Apesar dessa situação, apesar dos insistentes apelos de Brizola para o aprestamento dos grupos dos 11, apesar de as facções contrárias a Goulart dentro das Forças Armadas começarem a ser ouvidas, quando expressavam a necessidade de preparar-se para um contragolpe, a maioria militar não estava ainda convencida da necessidade de ela mesma participar da Revolução.

No dia 19 de março, dia de São José, Padroeiro da Família, as mulheres de São Paulo realizaram um protesto de rua ao comício da Central do Brasil. Realizaram-se três reuniões preparatórias, às quais aderiram muitas entidades femininas e cívicas: os cálculos mais oti-

mistas previam o comparecimento de 130 mil pessoas, para suplantá-las, uma semana depois, a mobilização esquerdista da sexta-feira, 13.

No dia 19, atendendo a um apelo dos promotores desse evento, os cinemas não funcionaram, e o comércio e a indústria suspenderam suas atividades às 15 horas. Às 16 horas, começava a primeira “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Bandeiras brasileiras e paulistas apareceram em profusão. Papéis picados eram atirados dos edifícios. Gente, muita gente. Durante uma hora os manifestantes passaram marchando ombro a ombro, em uma massa compacta que tomava toda a rua. Veteranos jornalistas informam que nunca viram tão formidável concentração humana. Com certa timidez, a massa é estimada em 500 mil pessoas, outros estimam em 600 mil, mas, incluindo as ruas de acesso, é legítimo estimar-se em 800 mil.

O desenvolvimento da crise atingia tal amplitude, e era tanta a inquietação nas Forças Armadas, que o General Castelo Branco decidiu orientar os quadros, em instrução reservada de 20 de março, que se constituiu em uma resposta ao comício do dia 13 e viria a exercer forte impacto sobre os militares legalistas. Mas a ameaça do uso da força, implícita no apelo de Goulart, para instaurar a crise fora do sistema político, geraria outras reações. Muitos grupos civis começaram a armar-se. A arena passara da área política para a da violência.

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi outro impacto para os militares legalistas, e outras marchas começaram a ser realizadas, com igual êxito, em diversas capitais brasileiras. A etapa decisiva para esses militares, tão importante ou mais que os fatos citados, seria o motim dos marinheiros e o seu desfecho. Suas repercussões foram profundas, a tal ponto que abalaram as convicções não apenas dos militares legalistas, mas até mesmo daqueles que, até a véspera, lutariam ao lado do Presidente e das suas reformas. A autopreservação institucional, por meio do controle da disciplina, era uma questão que estava acima dos grupos.

A sanção por Goulart, da indisciplina e da desordem, reverteu as posições. A Revolução já poderia ser desencadeada sem que houvesse o risco da divisão interna nas Forças Armadas.

A vitória da democracia

Quando, no dia 30 de março, uma segunda-feira, o Sr. João Goulart se dirigiu ao Automóvel Clube do Rio de Janeiro para falar a uma assembleia de sargentos, o desencadeamento da Revolução já estava decidido. Recebida no domingo a decisão do Comandante do II Exército, que até a última hora insistira com o Presidente para que depurasse seu governo dos comunistas, o dispositivo revolucionário estava pronto. O início do movimento foi marcado para a noite de 2 para 3 de abril, após a realização de uma concentração popular prevista para o Rio de Janeiro naquela quinta-feira.

Por razões diversas, porém, o movimento revolucionário foi antecipado em Minas Gerais e, na madrugada do dia 31 de março, as tropas ali sediadas começaram a marchar em direção ao Rio de Janeiro. No encontro dessas forças com as tropas do I

Exército, que se deslocaram para barrá-las, não houve o primeiro tiro. Depois dos instantes dramáticos iniciais, o confronto esgotou-se, em diálogos de persuasão e em gestos de confraternização. Episódio semelhante ocorreria no ponto de encontro das tropas dos I e II Exércitos no eixo Rio-São Paulo.

Pelo meio da tarde de quarta-feira, tudo estava terminado. Ruína o dispositivo militar do Presidente. Ninguém moveu ou esboçou resistência em defesa de Goulart, ou de suas reformas.

Na tarde do dia 2 de abril de 1964, mais de um milhão de pessoas lotavam as ruas e praças centrais do Rio de Janeiro. A população irmanada – operários, estudantes, senhores idosos e crianças, todas as profissões, todas as categorias sociais e todos os credos – reunia-se na maior manifestação popular que o Brasil jamais vira. Chuva de papéis picados, jogados dos edifícios, atapetava de branco as ruas e calçadas. Bandeiras brasileiras coloriam o espetáculo. Faixas repudiavam o comunismo. Em cima dos carros, pessoas carregavam flores, rejubilando-se pela vitória da democracia. Os jornais do dia saudaram a retomada da democracia. As rádios e os canais de televisão cobriam a manifestação, transmitindo, para todo o País, os discursos inflamados. Era a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, um movimento de cunho nacional em defesa do regime e da Constituição, e que já se realizara, com êxito, em São Paulo, Belo Horizonte, Santos e Porto Alegre. Programada com antecedência, no Rio de Janeiro, transformara-se, de protesto contra o caos do governo anterior, em júbilo pela vitória da democracia.

O pronunciamento dos políticos

Depois de meses de tensão e luta, os políticos brasileiros, particularmente aqueles que se haviam empenhado na defesa da democracia, liderados pela maioria dos governadores, entre os quais se destacavam os da Guanabara, de Minas Gerais e de São Paulo, podiam respirar aliviados, convictos do acerto das decisões tomadas.

Carlos Lacerda, com a veemência que lhe era peculiar, falava aos cariocas:

Sr. João Goulart acobertou, patrocinou, estimulou toda essa gente, jogando marinheiro contra soldados, farda contra farda, classe contra classe, brasileiro contra brasileiro. Assim, não era possível que Marinha, Aeronáutica e Exército suportassem mais tamanha impostura e tamanha carga de traição. Deus é bom. Deus teve pena do povo.

A passagem de um avião da FAB sobre Copacabana, sem intenções belicasas, provocou curiosidade. Muitos olharam para cima, ao mesmo tempo que batiam palmas.

O Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, afirmava:

O movimento restaurador da legalidade, que Minas tomou a iniciativa e a responsabilidade de desencadear, com o apoio de todo, os brasileiros, em breve estará concluído com a formação de um governo em condições de promover a paz, o desenvolvimento nacional e a justiça social.

Em São Paulo, o Governador Adhemar de Barros era mais contundente:

Voltamos ao poder para pacificar. Não quero nada. Apenas, a democracia autêntica, sem receber ordens de Moscou. Goulart bolchevizou a família brasileira. Mandou mais de 11 mil estudantes paulistas fazerem cursos comunistas na Rússia. Agora, vou mandar os comunistas falarem em liberdade em Moscou.

O Senador e ex-presidente Juscelino Kubitschek, que compunha com os políticos antes citados o quadro dos pretensos candidatos à Presidência da República, assim se expressou:

E com o pensamento voltado para Deus, grato à sua proteção ao Brasil e ao povo, que saúdo a nossa gente pela restauração da paz, com legalidade, com disciplina e com a hierarquia restaurada nas Forças Armadas. A paz não exclui, todavia, a vigilância democrática. O perigo comunista não estava, como se viu, no comportamento do povo e dos trabalhadores, ordeiros e democratas. O perigo comunista estava na infiltração em comandos administrativos.



UMA TEORIA DO TRIBUTO

Ives Gandra da Silva Martins

Jurista

igm@gandramartins.adv.br



Desenho aquarelado - Carlos Julião (1740-1811)

No século XX, o homem começou a explorar os espaços exteriores à atmosfera e a desvendar o Universo, ainda que de forma superficial e com falhas consideráveis nos diagnósticos e nas conclusões. A cada nova descoberta, deslumbra-se com novidades observadas na imensidão sidérea e modificam-se afirmações apressadas, a maior parte delas formuladas ao tempo das investigações possíveis apenas por telescópios.

A teoria do “Big Bang”, ou seja, da grande explosão que originou o Universo, ainda permanece. De certa forma, o “Big Bang”

já era conhecido, metaforicamente, – na palavra revelada do Velho Testamento – pelo povo judaico, sem maior cultura astronômica, como o “Fiat Lux” do Gênesis.

Também o povo judaico não desconhecia a ordem da evolução sofrida pelo planeta Terra, depois de seu surgimento há 5 bilhões de anos, que correspondem, em números temporais fantásticos, aos seis dias da criação, até o aparecimento do homem, ainda na linguagem poética própria do inspirado autor do Velho Testamento.

Discute-se, hoje, se a teoria formulada, na década de 70 do século passado, seria consistente, ou seja, que a explosão lança os diversos corpos sidéreos na imensidão vazia do Universo, o qual ainda se encontraria em expansão, havendo a possibilidade de uma inflexão em milhões ou bilhões de anos, com a atração destes corpos novamente para o centro da explosão por força da gravidade inerente aos entes sidéreos.

Hoje, já se admite que o Universo continuará em expansão, indefinidamente, não havendo força gravitacional suficiente para reverter o processo. Este, possivelmente, se esgotará nas sucessivas explosões, formação de novas estrelas, surgimento de quasares, estrelas novas, galáxias, absorções em buracos negros, até que a energia originada do “Big Bang” tenha findado, quando tudo retornará, novamente, à imensa solidão de um vazio sem limites, que seria o Universo antes do “Big Bang”.

Tal teoria, como a anterior – ou outras que certamente virão a ser formuladas –, carece, ainda, de prova científica cabal, visto que o homem engatinha, em suas especulações, em um modestíssimo planeta, de um modesto sistema solar, dentro de uma das bilhões de galáxias existentes no Universo, galáxia esta da qual o homem sequer consegue definir os contornos, corpos internos e dimensão, todos os dias surgindo novidades sobre os elementos que a compõem.

O pioneiro e já superado Carl Sagan, costumava usar a imagem de que há mais corpos sidéreos no Universo do que grãos de areia nas praias da Terra, para mostrar a infinitude do que se pretende explorar e a insignificância de nossa existência.

Hoje, ainda, tem-se por mais seguro – embora não seja o mais certo – que o “Big Bang” teria ocorrido em torno de 15 bilhões de anos atrás, muito embora especule-se que alguns dos sistemas explorados podem ter mais de 17 bilhões de anos. Carl Sagan chegou a colocar uma possível diferença de 5 bilhões de anos para mais, da ocorrência do “Big Bang”. Vale dizer, na década de 1970, tinham os idealizadores – entre os quais se encontrava o admirável Carl Sagan – das naves espaciais “Voyager”, que já deixaram o sistema solar, mas continuam a enviar mensagens para a Terra, na sua aventura pelo Universo, uma pequena dúvida sobre se o “Big Bang” teria ocorrido há 15 ou 20 bilhões de anos! Uma modesta diferença de 5 bilhões de anos, na determinação do momento do “Big Bang”. Uma insignificante dúvida de cinco bilhões sobre a origem do Universo! Hoje, inclusive, admite-se que o “Big Bang” tenha ocorrido há 13 bilhões de anos, e não há 15.

O que não suscita dúvida, todavia, é que o Sol, em, no máximo, 5 bilhões de anos, deverá explodir quando consumir os elementos que o compõem, explosão que absorverá os planetas próximos, certamente Mercúrio e possivelmente Vênus e Terra. Com isso, a imagem de São Pedro – que também não era especialista em assuntos espaciais –, na segunda epístola, é possivelmente correta, ao dizer que a Terra será consumida pelo fogo, no fim dos tempos.

O certo é que, em face da imensidão do Universo, da ignorância humana na confirmação de seus aspectos periféricos e da absoluta falta de dados sobre as causas do “Big Bang”, a razão de ser, o porquê do Universo e o sentido de seu desaparecimento, é de se admitir que a aventura humana é fantasticamente pequena, insignificante, sem qualquer expressão.

Saindo da casa dos bilhões de anos para a dos milhões e dos milhares, no ano 2004, levantou-se a tese de que o primeiro homem, isto é, a primeira espécie do *homo sapiens* não teria surgido há 160 mil anos, mas há 190 mil, muito embora espécies de animais semelhantes ao *homo sapiens* tenham sua origem bem mais remota.

A vida poderia ter surgido na Terra entre 3,5 a 4 bilhões de anos, sendo que apenas a espécie dos dinossauros dominou o planeta por 150 milhões de anos, tendo desaparecido há 65 milhões de anos por causas ainda hoje inexplicadas. Várias teorias foram aventadas sobre o desaparecimento dos dinossauros, inclusive a do choque de um corpo sidéreo, no Golfo Pérsico, que teria gerado as correntes quentes de água existentes até hoje, e provocado um inverno nuclear, responsável pela extinção da espécie jurássica, em pouco tempo, por falta de alimentos.

O certo é que, nessa escala fantástica de anos multiplicados aos milhares, milhões e bilhões, as primeiras manifestações artísticas e culturais do homem datam de 20 mil anos (cavernas de Lescault ou Altamira), as ruínas de Jericó datam de 9 mil anos, e a história narrada, propriamente dita, começa há modestíssimos 6 mil anos.

Em outras palavras, tudo o que valorizamos, na aventura humana, é de uma insignificância brutal, mesmo admitindo o conjunto de todas as manifestações concernentes ao homem. O que vale dizer: a história do ser humano, em dimensões galácticas, não tem qualquer expressão. E sua única expressão, a meu ver – mas não é objeto deste artigo – de dimensões específicas, está no mistério da alma e da metafísica, ou seja, nas relações do homem com Deus, única hipótese não materialista, a dar significado ao homem, visto que, no aspecto mental, sua superação é infinita, e, como o Universo, o pensamento não tem limites.

É nesse ponto que reduzo a expressão quase nenhuma o significado do ser humano, individualmente, e em sociedade.

Em outras palavras, a insignificância da história humana, enquanto apenas, em sua fantástica e minúscula aventura no Universo, à luz dos acontecimentos, demonstra que, no momento em que o homem se tornou um ser social, isto é, no momento em que teve consciência de sua racionalidade, surgiram quatro classes diferentes de pessoas, a saber: os governantes, ou aqueles que exerciam o poder e que se consideravam superiores ao povo; os produtores de riqueza, em um segundo patamar inferior, antes das democracias modernas e sujeitos ao humores dos detentores do poder; o povo, em geral, subordinado a governantes e produtores de riquezas; e os escravos.

A formação dos pequenos núcleos organizados, há dezenas de milhares de anos, leva, necessariamente, a esta repartição social, que permanece, de rigor, até hoje, exceção feita aos escravos, com uma multiplicação de áreas para os produtores de riquezas, inclusive de **natureza imaterial**. Em grandes linhas, entretanto, a sociedade é dividida entre os detentores do poder e o povo, este servindo muito mais de tema para as campanhas políticas da modernidade do que exercendo o papel de real destinatário das grandes conquistas da civilização moderna.

No mundo moderno, mesmo em relação aos países mais desenvolvidos, a maior parcela do povo continua sendo a das pessoas que, na realidade, têm direitos reduzidos. Embora seus direitos sejam decantados, nas leis e Constituições, o povo está fadado a servir, a obedecer e a prestar-se, como massa de manobra, para os que ambicionam o poder e procuram iludi-lo com suas promessas, raramente cumpridas.

Os produtores de riquezas, no Estado moderno, elevaram, consideravelmente, seu *status* em relação aos detentores do poder, hoje ganhando dimensão relevante para influir no destino dos que querem ou exercem o governo.

Não estão mais naquela condição de terem de, habilmente, conviver com o absolutismo do poder, em todos os tempos e todas as civilizações.

O certo, todavia, é que a vida em sociedade, quando o Estado se forma, não esconde a realidade – mais monotona detectada – de que o Poder e os seus detentores continuam sendo, nas diversas categorias sociais, os mais importantes, estando os outros setores, mais ou menos subordinados, na condição de permanentes geradores de recursos para a manutenção daqueles.

Ainda hoje, como o era nos tempos primitivos, quem governa é quem determina os destinos de um povo – ou, no concerto das nações, aqueles que, por governarem os países mais fortes, determinam não só o destino de seu povo, como o das demais nações.

E, neste contexto – hoje incomensuravelmente mais sofisticado na definição de políticas e de ambições de poder, do que nos tempos primitivos –, os candidatos são menos preparados que, em face dos desafios da época, era a classe dirigente primitiva. O poder, hoje, obtém-se independentemente da aptidão do candidato, de sua competência, de seu talento ou de sua habilidade. Os estadistas continuam raros e vicejam os políticos e os burocratas – ou, no dizer de Toffler, os integradores do poder, formatados por mestres da publicidade e do *marketing*.

É nessa perspectiva, portanto, que a manutenção da ordem social – sempre tripartida em governantes, produtores de riqueza e povo – dá suporte e nutre o poder como nutriria, no curso da história. O tributo torna-se, portanto, o mais relevante instrumento de domínio, desde o alvorecer da sociedade organizada.

Apesar de a análise do tributo, pelas diversas ciências sociais, não ter sido realizada de forma a revelar a sua relevância, o

certo é que, para efeitos do domínio e do poder, se trata do mais importante elemento, com reflexos em cada uma delas.

Sua análise conjunta está demonstrando que, para a categoria dos indivíduos da 1ª classe da escala social, ou seja, os governantes, o poder é que os distingue e lhes dá força. O poder só se mantém por força do tributo, que, certamente, é relevantíssimo para que os governantes, que dele usufruem, alimentem seus planos presentes e futuros de governo. Mesmo quando prestam serviços públicos, o retorno em serviços à comunidade é menor do que deveria ser, pois seu ideal maior é o poder pelo poder.

Nessa escala social tripartida, as duas outras classes sociais são as principais responsáveis pela geração de recursos para a primeira. O tributo, pela primeira classe social usado em seus designios maiores de governo (são os governantes), é também utilizado, em seu efeito colateral, em serviços públicos no Estado moderno, em nível mínimo possível para que os produtores de riqueza e o povo não cheguem a explodir, como, algumas vezes, ocorreu na história.

Voltando a Kant, embora a realidade destes últimos dois séculos de sua teoria não tenha trazido grande evolução na participação das 2ª e 3ª classes sociais na formulação de políticas tributárias e na geração da paz, convenço-me de que começamos a entrar em uma era em que a convivência comunitária entre as nações e a disputa por mercados poderão gerar a inflexão necessária para que o nível impositivo destinado, fundamentalmente, à manutenção dos detentores do poder no poder, comece a exteriorizar elemento de desequilíbrio na competitividade entre as nações. Tal fato poderá provocar, por uma questão de sobrevivência, pela primeira vez na história, uma tentativa de se fazer do tributo um instrumento de justiça fiscal e social e de desenvolvimento econômico, mais destinado às 2ª e 3ª categorias do que à 1ª.

Enfim, por enquanto, o tributo ainda é uma norma de rejeição social, com destinação maior à manutenção dos detentores do poder, e grande instrumento de exercício do poder por parte destes, com alguns efeitos colaterais positivos a favor do povo, quando há algum retorno de serviços públicos. Por enquanto, serve mais aos detentores e aos seus amigos do que aos produtores da riqueza e ao povo. No futuro, todavia, a globalização da economia poderá levar a ter uma função social maior, não por mudança de perfil dos governantes, mas por força da necessidade de sobrevivência.

Como dizia Bobbio, o século XX foi o século do reconhecimento dos direitos; o século XXI poderá ser aquele da efetividade dos mesmos, quando os contribuintes possivelmente poderão ter um tratamento mais digno por parte dos controladores e uma carga tributária mais justa e mais adequada à prestação de serviços públicos, entre os quais o de ações sociais efetivas. Até lá, mantenho a minha teoria de que o tributo é apenas um fantástico instrumento de domínio, por parte dos governantes.

MANIFESTAÇÕES

Jesse Ribeiro McDonell

Ten Cel Dent
gulfpilot777@gmail.com

Consideradas as anormalidades e o “aparelhamento” do *Stablishment*, as inserções não divulgadas pela mídia das emissoras do Nordeste (mais de 1.500)... Urge lembrar que a população dessa região ouve mais rádio do que assiste TV, sobretudo, no período imediato que precede a data das eleições – por certo, representa uma grande diferença nos resultados das urnas. Acrescentem-se ainda as muitas anomalias ocorridas nesse *affair*:

- Anular o processo judicial em três instâncias (vários anos após) simplesmente pelo CEP. Algo inédito, não habitual – manobra maquiavélica e perversa.

Esse artifício simplesmente descondenou o “*nine fingers*”, tirou-o da cadeia, tornou-o FICHA LIMPA e, pasmem, reabilitou sua condição para candidatar-se a presidente, eis que o PT não tem nenhum outro nome capaz de competir...

- O “alquimista” para manobra tão inusitada teria de ser o FACHIN, o mesmo que proibiu a polícia do Rio de subir os morros (favelas).

- O que ocorreu no pleito, nos dois turnos, hoje, todos sabemos: urnas antigas, impossibilidade de auditar, vulneráveis a fraudes (perícia efetivada por engenheiros do ITA, declarações do funcionário do TSE, que, após as 17 horas, se processavam as fraudes). Foi exonerado e afastado com escolta policial. A mídia divulgou ao vivo.

- Surpreendeu-nos o fato de que, em que regiões onde a população era predominantemente constituída por militares do Exército Brasileiro, da Força Aérea Brasileira e indígenas, o presidente Bolsonaro teve zero voto... surpreendente?

Outros eventos houve, reportagens várias de naturezas diversas, comentaristas de todas as redes esgotaram o assunto, e o ex-condenado: ELEITO!

Imediatamente após o resultado, movimentos de protestos ocorreram em todo o país. Por questão de segurança, em áreas no entorno de instalações militares.

Desnecessário dizer que o entorno das instalações militares é considerado “área militar”, onde nenhuma outra instituição tem acesso, sem consulta à organização: domínio pleno – os manifestantes se sentiriam seguros. Surpreendentemente, após os episódios do 8 de janeiro (perpetrados por *blackblocs* e

afins”...) para covardemente incriminarem os PATRIOTAS que, por quase dois meses, enfrentaram sol e chuva, insistindo no SOS FFAA, sem respostas efetivas...

O “imperador” autodeclarado orientou o comunista nomeado Ministro da Justiça a desmontar os acampamentos sem que os comandantes das unidades socorressem os PATRIOTAS. Vimos então a absurda covardia: famílias com idosos, crianças serem arroladas como se criminosas fossem, levadas nos ônibus para instalações da Polícia Federal (PF) sem mínimas condições sanitárias para acolhê-las. Apelos desesperados para demandas várias, especialmente, necessidades fisiológicas... Somente após um senador do Espírito Santo, ex-delegado da PF, sensibilizar-se pelas condições desumanas ir espontaneamente e exigir que providências pertinentes fossem atendidas, o socorro ocorreu. As consequências e sequelas evidentes já se efetivaram: algo somente presente em campos de concentração... (Ler Viktor Frankel...)

Necessárias seriam novas páginas para esgotar o assunto, mas temos limitações óbvias.

Hoje vemos com tristeza manifestações covardes contra as FFAA, como se elas fossem as culpadas. Urge enfatizar que autoridades oportunistas (carreiristas) tomaram atitudes inesperadas... E o presidente, para evitar o caos, decidiu não acionar o art. 142. Teria evitado a situação em que nos atemos. Já anunciam até mesmo acordos com as republiquetas irmãs (Venezuela, Cuba, Nicarágua, todas ávidas pelos recursos do nosso BNDES). Já assistimos a esse “filme”. Devemos recordar o que disse nosso ícone maior, Santos-Dumont: “o que eu vi, o que vocês verão”.

Penso que, a por em prática, as medidas anunciadas, típicas de um governo sem programa, com um time desqualificado, que ignora as consequências de furar teto e cinicamente dizer que “teto de gastos é estupidez” – falou *ipsis verbis*, a mídia divulgou –, algo providencialmente acontecerá.

Não consentiremos que o estágio ímpar em que a nação foi entregue volte às condições lamentáveis do (des)governo petista, onde “nunca na história deste país” se viu tanta corrupção, mensalão, petrolão e que tais. Antes das eleições, já ensaiou e deu certo: o RADIOLÃO, mas que fique por aí.

P.S.: Estou estudando medidas para suprimir o Silva do meu nome: as razões, por óbvias, dispensam explicações.

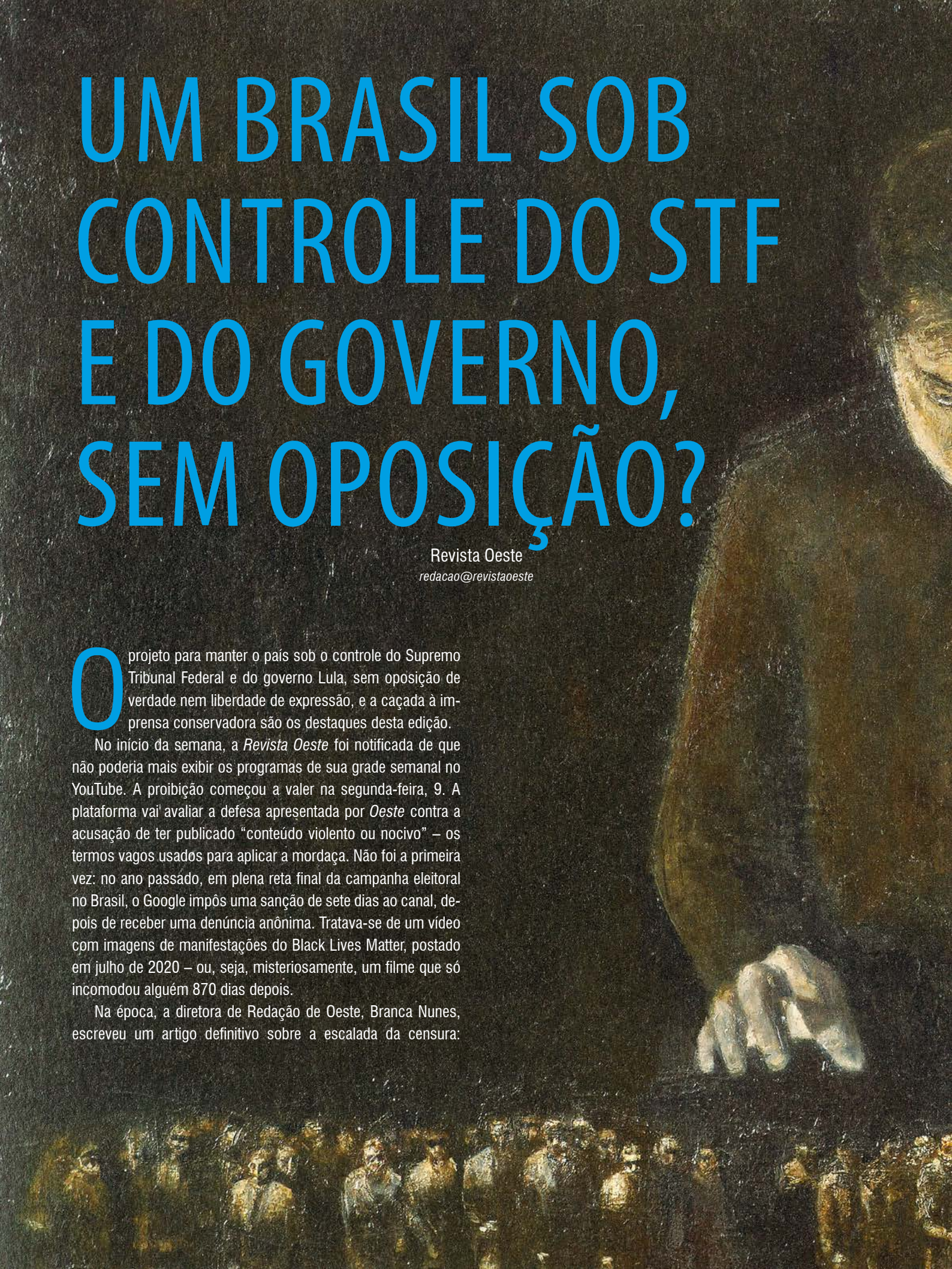
UM BRASIL SOB CONTROLE DO STF E DO GOVERNO, SEM OPOSIÇÃO?

Revista Oeste
redacao@revistaoste

O projeto para manter o país sob o controle do Supremo Tribunal Federal e do governo Lula, sem oposição de verdade nem liberdade de expressão, e a caçada à imprensa conservadora são os destaques desta edição.

No início da semana, a *Revista Oeste* foi notificada de que não poderia mais exibir os programas de sua grade semanal no YouTube. A proibição começou a valer na segunda-feira, 9. A plataforma vai avaliar a defesa apresentada por *Oeste* contra a acusação de ter publicado “conteúdo violento ou nocivo” – os termos vagos usados para aplicar a mordaza. Não foi a primeira vez: no ano passado, em plena reta final da campanha eleitoral no Brasil, o Google impôs uma sanção de sete dias ao canal, depois de receber uma denúncia anônima. Tratava-se de um vídeo com imagens de manifestações do Black Lives Matter, postado em julho de 2020 – ou, seja, misteriosamente, um filme que só incomodou alguém 870 dias depois.

Na época, a diretora de Redação de *Oeste*, Branca Nunes, escreveu um artigo definitivo sobre a escalada da censura:





“A revista jamais se rendeu. Não será diferente agora”. Nesta semana, por causa da punição, os programas migraram para a plataforma canadense Rumble, além de serem exibidos normalmente no Twitter e no *site* da revista. Em poucos dias, o diário Oeste Sem Filtro atingiu as maiores marcas de audiência da história do Rumble – média de 520 mil visualizações por dia. O número de acessos do *site* também se multiplicou.

É plenamente factível afirmar que há uma caçada em curso contra os conservadores, ou a criminalização da “direita”, em um mundo cada vez mais refém do “progressismo” – nova roupagem da esquerda depois que o marxismo cultural se enraizou, sobretudo, nos meios de comunicação. Nos Estados Unidos, a Fox News enfrenta uma batalha contra um movimento batizado de “DropFOX” (Derrube a Fox), que segue a linha do Sleeping Giants, tentando minar a sobrevivência de quem discorda. O caso é narrado no artigo de Dagomir Marquezi: “O curioso é que não existe um DropCNN”.

Tudo isso ocorreu em uma semana em que o país assistiu atônito a manifestações políticas que degeneraram em lamentáveis – e absolutamente condenáveis – atos de vandalismo. Prédios públicos na Praça dos Três Poderes foram depredados. A retaliação das autoridades aos crimes promovidos por uma turba extremista que se infiltrou ao grupo de manifestantes foi dura. Ainda não se sabe quem foram os verdadeiros culpados e se houve conivência de autoridades. Porém, como tem ocorrido nos últimos anos no país, a aplicação da lei pesou de forma desproporcional: 1,5 mil pessoas foram trancafiadas em um ginásio de esportes em Brasília, sem a individualização de conduta, foram obrigadas a assinar uma “nota de culpa” pelo crime de terrorismo; o governador do Distrito Federal foi afastado; e o ex-secretário de Segurança e o ex-comandante da Polícia Militar receberam ordens de prisão.

“Nunca houve isso em nenhuma ditadura brasileira do passado”, escreve J. R. Guzzo, na reportagem de capa desta edição. “A Lei Maior do Brasil, na prática, não é mais a Constituição Federal de 1988 – é o inquérito perpétuo, sem limites e ilegal que o ministro Alexandre de Moraes conduz há mais de três anos para punir o que ele, a esquerda e a mídia chamam de “atos antidemocráticos” e “desinformação”.

Como afirma o diplomata e escritor Gustavo Maultasch, no brilhante livro *Contra toda a Censura – Um Tratado sobre a Liberdade de Expressão*, a História mostra que o “autoritarismo cirúrgico” pode custar muito caro. A liberdade de expressão é a medida de qualidade da democracia – da verdadeira democracia, não de uma democracia tutelada.

TOMADA DO PODER

USAREMOS O IDIOTA ÚTIL NA LINHA DA FRENTE. INCITAREMOS O ÓDIO ENTRE AS CLASSES. DESTRUIREMOS SUA BASE MORAL, A FAMÍLIA E A ESPIRITUALIDADE. COMERÃO AS MIGALHAS QUE CAÍREM DAS NOSSAS MESAS. O ESTADO SERÁ DEUS. A MINORIA ORGANIZADA IRÁ SEMPRE DERROTAR A MAIORIA DESORGANIZADA.

(Vladimir Lênin, 1870/1924)

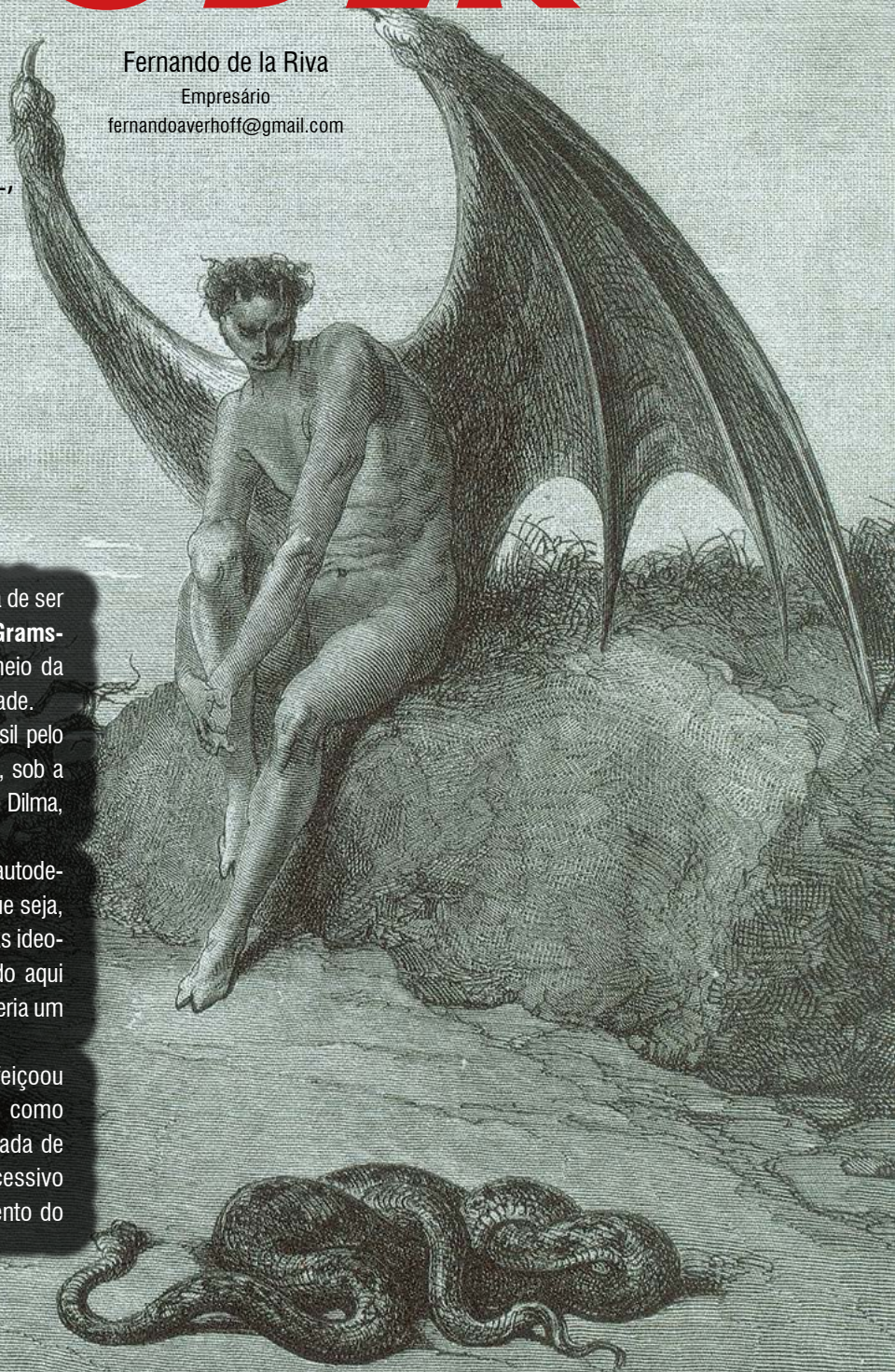
Fernando de la Riva
Empresário
fernandoaverhoff@gmail.com

Lênin mantinha que a tomada do poder teria de ser pela força. O pensador comunista italiano Gramsci evoluiu para a tomada do poder por meio da ocupação de todos os espaços na sociedade.

Esse é o sistema que está sendo usado no Brasil pelo projeto de tentativa de dominação posto em marcha, sob a direção de Jose Dirceu, desde os governos de Lula e Dilma, precedidos por Fernando Henrique.

Se o grupo executor de um desses projetos se autodenomina comunista ou socialista ou fascista ou o que seja, nas infinitas variedades e misturas de nomes de suas ideologias destrutivas, diz-se que o sistema implantado aqui pelo governo Lula/Dilma, para a tomada do poder, seria um **"Socialismo-Fascismo de Negociata"**.

O brasileiro, sendo naturalmente criativo, aperfeiçoou um sistema, que, hospedado dentro do governo como um vírus, tenta implementar uma ditadura fantasiada de democracia, *"à la Venezuela"*, aproveitando o excessivo legalismo ocidental, próprio da falta de entendimento do verdadeiro "espírito da lei".



Democracia existiu brevemente na Grécia, onde poucos cidadãos votavam, culminando em uma “época de ouro” pela habilidosa liderança de Péricles após cuja morte os “Trinta Tiranos” governaram a cidade-estado até que a derrota na guerra com Esparta liquidou definitivamente este experimento social.

Os Romanos, após experimentar com Reis, criaram a República Romana. Os mais velhos, ou *Senecta*, ou *Patres Conscripti*, signatários originais e seus sucessores, instituíram o *Senatus*, Senado do Povo de Roma, SPQR, que elegia dois cônsules (executivos), cada ano. Estes Patrícios (*Quirites*), para aplacar os plebeus, criaram leis escritas e tribunos com poder de veto sobre as Leis, e, depois, outros cargos públicos conforme necessário.

Montesquieu acertou com o princípio do equilíbrio dos Poderes, em 1748, com *L'Esprit des Lois*, aproveitado e melhorado pelos Americanos, em 1776, quando se estabeleceram como nação, baseando-se no sistema Romano de República, *Res Publica* (coisa pública), que funciona bem até hoje. Muito diferente de uma democracia (uma cabeça um voto), onde a demagogia facilmente desvirtua as finalidades de um bom governo.

A Revolução Francesa de 1789, influenciada pela concepção do “selvagem nobre” de Rousseau e as ideias de Voltaire, em nome da “democracia” (*Liberté, Égalité, Fraternité*), foi uma confusa e sangrenta experiência política e social insuflada por Danton, Marat e Robespierre, que descambou no Império Napoleônico, e a restauração dos Bourbon.

A Inglaterra, partindo da Magna Carta de *circa* 1215, depois influenciada por Edmond Burke, Locke, Hobbes e Adam Smith, adotou um sistema flexível que se adapta melhor às necessidades do sentido comum, o *Common Law* (Lei Consuetudinária), que mais perto do verdadeiro espírito da Lei Natural harmoniza o relacionamento do indivíduo com o Estado.

Inglaterra obedece a princípios, não a Constituição escrita.

Que os sistemas sejam plasmados em constituições ou não, não vem ao caso. O importante é o sistema em si, seus princípios, seu funcionamento e suas consequências para o indivíduo e o Estado.

Democracia não é uma panaceia que tudo justifica. “Que o fim justifica os meios” é um princípio do Comunismo. Tudo na vida tem consequência, e não adianta se esconder atrás de uma palavra mítica, que cada um define como quer, para justificar desatinos e esconder o verdadeiro objetivo, que é tomar o poder, pela mentira e pelo engano.

Nisso consiste simplesmente o “Pano de Fundo” por trás do “MO” (*modus operandi*), da conspiração mundial em andamento...

Sempre há uma “Cortina de Fumaça” para esconder um processo de tomada do poder em curso.

No caso da Alemanha Nazista, muito bem colocado por Daniel James Brown, em *Os Meninos de Ouro (The Boys in the Boat)*:

A ilusão criada pelos Jogos Olímpicos (de Berlim, em 1936) foi completa, uma fraude magistral... Goebbels conseguiu realizar o ideal de todo bom propagandista, convencer o mundo de que sua versão da realidade era razoável, e a dos seus oponentes,

tendenciosa... minimizando os esforços dos adversários... fazendo-os parecer um bando de gente estridente, histérica e mal informada.

Peço perdão ao autor dos parágrafos anteriores que retirei de um artigo que desapareceu antes que registrasse o nome do brilhante articulista, pelo que não o cito.

Até parece que estava descrevendo a imagem que a oposição fabricava dos cubanos que, grandes vencedores, refizeram suas vidas no exílio, engrandecendo Miami...

Fidel Castro comprovadamente foi um gênio, porém, um gênio do mal. Com outros elementos inspirados parcialmente em George Orwell, criou um arcabouço simbólico, uma nova semântica, frases de efeito, palavras de ordem, novas instituições, movimentos de massa e técnicas de dominação efetivas para a realidade do lugar e do momento cubano e de outros países com ambiente parecido.

Suas técnicas para lavagem cerebral por meio de longuíssimos discursos com uso de “Repetição Pavloviana” *ad nauseam* para as multidões que obrigava a assisti-lo, sob pena de perder emprego, casa, “Caderneta de Racionamento”, e usando diversas outras pressões, cientificamente desenvolvidas. Sempre levando em conta que o cérebro humano apenas grava 30% do que ouve, e requer pelo menos sete repetições para fixar completamente uma ideia.

Seu novo linguajar ou Double Talk Orwelliano, uma nova semântica com novos significados para as palavras, utilizado para criar instituições tais como o INCRA, o MST, “ocupação de terras” em lugar de esbulho, “liberação” em lugar de roubo etc. tem sido apelidado de “Comunês”, em contraste ao inglês, ao francês, ao português...

A promoção do assim chamado “Direito Insurgente”, em contraposição ao Direito Civil, com suas concepções desestabilizadoras, ditas “Progressistas ou Revolucionárias”, é divergente daquelas do Direito Romano e do Código Napoleônico nos quais se embasa todo o arcabouço positivista de “Ordem e Progresso” que herdamos dos nossos fundadores. Isto ameaça destruir a estrutura da sociedade com a propagação incansável do princípio de que “a necessidade gera um direito enforcável” sobre os bens e serviços produzidos pelos outros.

A explicação do porquê das atividades desagregadoras e destrutivas de organizações criadas por esta ideologia são incompreensíveis – à primeira vista é simples: **A criação do caos!**

Porque apenas em um ambiente de confusão e caos seria possível que a sociedade permitisse, impassível, impotente, a assunção de **poderes especiais ditatoriais por um governo comunista** utilizando instituições ditas democráticas!

Esse é o segredo aparentemente incompreensível das atividades destrutivas do MST e das outras instituições ditas “revolucionárias” dos asseclas do projeto de tomada do poder atual no nosso país. Por isso, não podem permitir que o governo Bolsonaro tenha sucesso, têm de destruir a economia e a ordem social, e impedir sua reeleição de qualquer maneira. Já estão exercendo a ditadura pela tomada das principais instituições do país.

As Forças Armadas na formação da Identidade Nacional

Araken Hipólito da Costa

Cel Av

arakenhc@uol.com.br

Desde a descoberta do Brasil, em 1500, pelos portugueses, até a afirmação da nossa identidade, grandes marcos de origens militares vão alimentar e solidificar a compreensão de ser brasileiro.

O primeiro deles é ambientado em Pernambuco, especificamente na expulsão dos holandeses (1645-1654), quando homens e mulheres que habitavam a nossa terra começavam a esboçar na sua alma o sentimento de “eu sou brasileiro”. Neste momento, a resposta se manifesta de maneira bélica, com um exército composto por negros, índios e mazombos aos invasores holandeses.

Nessa época, o homem movia-se somente nos ambientes terrestre e marítimo, mas, a partir de agosto de 1709, na Corte Portuguesa, o padre brasileiro Bartolomeu Lourenço de Gusmão, com seu invento, o aeróstato, permitiu que ganhasse os ares e assim deu início a terceira dimensão: o ar.

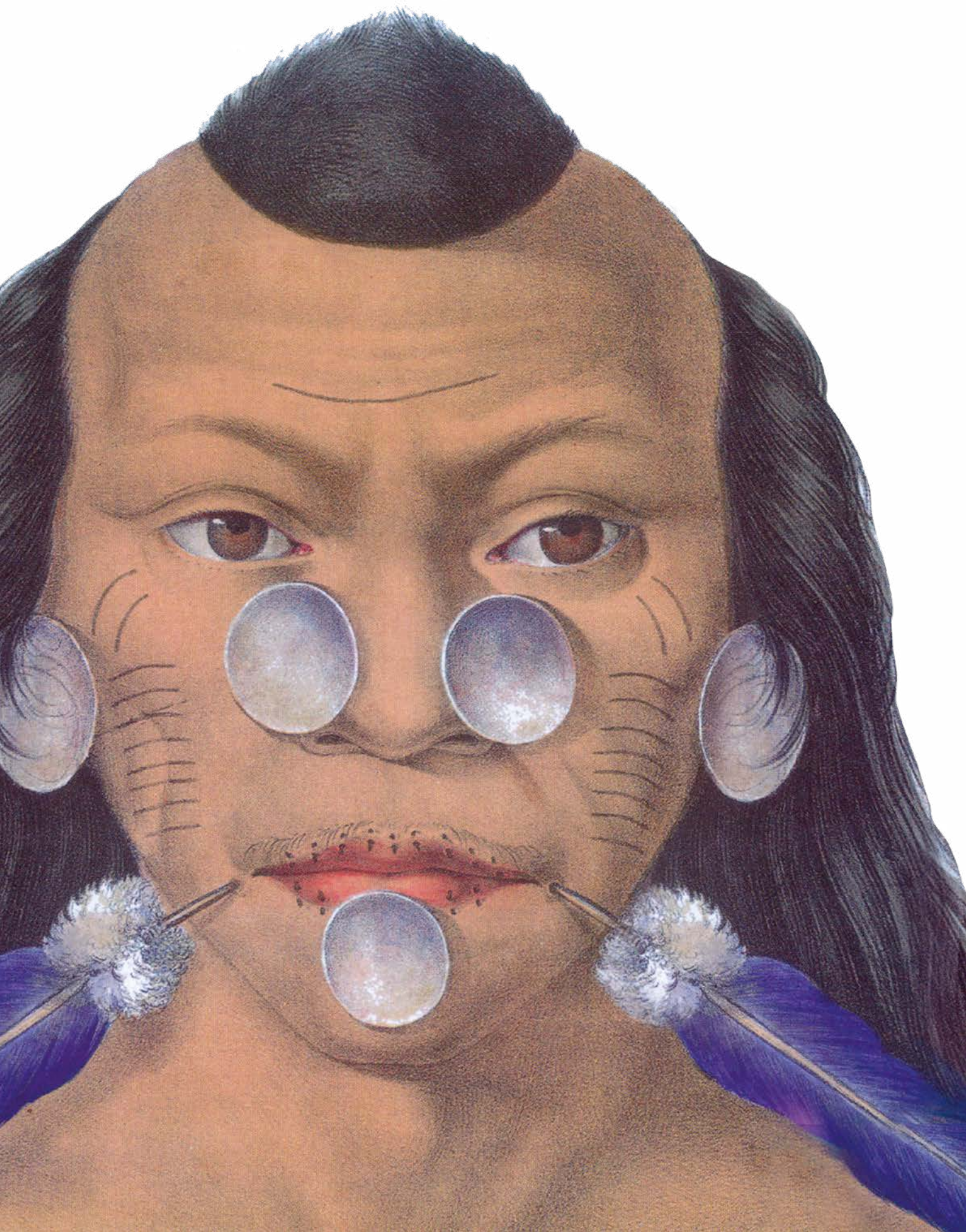
Nesse período a Europa passava por grandes transformações políticas, das monarquias absolutistas ao processo de

formação dos Estados Nacionais, o qual foi caracterizado pela unidade territorial, unidade das Forças Armadas, unidade de soberania e unidade de governo. Paralelamente, aconteceram a adoção das línguas nacionais e o nascimento das filosofias nacionais como reflexões e investigações dos problemas inerentes de cada país.

No Brasil, a formação do Estado Nacional exigiu unidade das Forças Armadas. A Marinha nasceu com a chegada da Corte de D. João VI, em 1808. Com a criação da Real Academia Militar, em 1810, surge o Exército.

Em 1822, com a proclamação de nos-





independência por D. Pedro I, é evidenciado o segundo marco significativo, quando a Marinha tem um papel singular a criar estabilidade político-militar para tal feito, especialmente, para o controle do mar, a fim de impedir o reforço de tropas portuguesas vindas da Metrópole, apoiar com fogo naval os desdobramentos em terra, bloquear os portos controlados pelo inimigo e transportar tropas leais, principalmente da Corte, para locais onde permanesse resistência ao processo de Independência.

Outra marca significativa para fortalecer a nossa identidade nacional foi a Guerra do Paraguai (1865-1870), quando negros, índios e habitantes oriundos de diversas províncias lutaram juntos contra o inimigo comum – o Paraguai – em prol da nossa nação.

Após a Guerra da Tríplice Aliança, nasceram um novo Exército e uma nova Marinha, que, somados ao Positivismo incorporado à Escola Militar da Praia Vermelha pelas mãos de Benjamin Constant, deram forma ao Pensamento Militar Brasileiro.

Chegamos ao início das formulações do Pensamento Brasileiro, e seu precursor é Tobias Barreto (1839-1889). Participou de modo destacado do chamado surto das ideias novas dos anos 1870; voltou-se contra o Positivismo na vertente Marxista. Amparado na filosofia Kantiana e no ambiente da Escola do Recife, propõe seu pensamento fundamentado no conceito de cultura, dando surgimento à corrente culturalista, onde propõe que o homem, por intermédio da ciência e da técnica em contraponto ao mundo moral, permite o fazer.

Dentro desse contexto, é proclamada nossa República, em 1889, presidida pelo Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), sendo sucedido pelo Marechal Floriano Peixoto (1891-1894).

Entretanto, o feito mais notável da época é do nosso Pai da Aviação, Alberto Santos Dumont, que, com o 14-bis, decolou e percorreu 60 metros no campo de Bagatelle, em 23 de outubro de 1906.

A aviação militar remonta a 1916, com a assinatura do Decreto nº 12.167 pelo Presidente Venceslau Brás, criando a Escola de Aviação Naval (EAvN), na gestão do ministro Almirante Alexandrino Faria de Alencar.

O passo seguinte foi a criação da Escola de Aviação Militar (EAvM), em 29 de janeiro de 1919, mediante o Decreto-Lei nº 13.451, implantada sob influência da Missão Militar Francesa de Aviação.

Os 18 do Forte foram uma marca vital do Movimento Tenentista de 1922. Era um brado de alerta contra o estado de coisas que gerava inquietudes, era um clamor de justiça, em consequência sempre do problema de desequilíbrio social. O Brig Eduardo Gomes dizia: “Só nos animou na luta o propósito de regeneração dos políticos”. Siqueira Campos imortalizou-se na frase “À Pátria tudo se deve dar, nada a pedir, nem mesmo compreensão.” Era um estado de espírito que visava a se formar uma consciência nacional em torno de princípios que possam assegurar uma base sólida para a nossa nacionalidade.

A 12 de junho de 1931, com um avião, o Curtiss K 263, com dois idealistas, Ten Wanderley e Montenegro fazem o primeiro

voo do Correio Aéreo Militar entre Rio e São Paulo, com uma duração de 5h20.

Com o Correio Aéreo Militar, rompia-se o círculo dos Afonsos, e uma nova era de integração nacional começava. Um grupo de brasileiros iria penetrar pelo Brasil, irradiando-se em todas as direções, e, na luta contra toda sorte de dificuldades, e no oferecimento de muitos sacrifícios, inclusive o supremo, e no conhecimento de um mundo de atrasos e misérias, e na consciência do valor da tarefa, haveriam de contribuir para a fixação de um dos mais importantes e perenes objetivos nacionais: a integração.

As atividades correlatas à aviação estavam distribuídas no Ministério de Viação e Obras Públicas, que incluía o Departamento de Aviação Civil (DAC), criado em 1931.

A primeira tentativa de tomada do poder pelos comunistas no Brasil foi conhecida como a “Intentona Comunista”, e ficou conhecida pelo traíçoeiro, sangrento e fracassado motim deflagrado por militares comunistas contra estabelecimentos militares de Natal, de Recife e do Rio de Janeiro, entre os dias 23 e 27 de novembro de 1935 –, constitui uma das mais negras páginas da História do Brasil.

No alvorecer de 1941, pairavam ares de apreensão, uma vez que os horrores da Segunda Guerra Mundial se avizinhavam de nosso continente. Foi naquele contexto tempestuoso e desafiador, quando aumentam as preocupações dos militares e das elites políticas com a vulnerabilidade brasileira, que ocorreu a criação do Ministério da Aeronáutica.

Não só as Forças Armadas eram mal equipadas como faltava infraestrutura de transportes, comunicações e energia, fundamentais para a defesa nacional e para a industrialização do país.

O Ministério da Aeronáutica foi criado em 20 de janeiro de 1941, por meio do Decreto-Lei nº 2.961, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas. Transferiu militares, servidores civis, aviões e instalações da Marinha, do Exército e do Ministério de Viação e Obras Públicas para a Aeronáutica, com a denominação de Forças Aéreas Nacionais.

O Ministério impulsionou a aviação militar e civil no Brasil, um desafio para Joaquim Pedro Salgado Filho, o primeiro a assumir o cargo no Ministério da Aeronáutica.

No mesmo ano, em maio de 1941, o presidente assinou o Decreto-Lei nº 3.302, criando a nova denominação, Força Aérea Brasileira, com a sigla FAB, dando individualidade à Força, pela evidência da sua nacionalidade.

Evidencia-se nesse episódio a manifestação do Pensamento Brasileiro ordenando à aeronáutica em seus primeiros passos para o desenvolvimento da aviação e da defesa nacional.

A partir daí ocorreram muitas mudanças. A FAB combateu durante a Segunda Guerra Mundial, com a participação do 1º Grupo de Aviação de Caça e a 1ª ELO, nos céus da Itália, onde combateu bravamente os regimes totalitários; desenvolveu tecnologias, integrou o país; é responsável por um dos melhores

controles de tráfego aéreo do mundo; modernizou aeronaves e equipamentos; e atuou junto à população civil.

Podemos constatar nesse panorama a presença do Pensamento Aeronáutico, criando condições para superar todas as dificuldades do nosso imenso território: 8.547.403 quilômetros quadrados, principalmente onde só a estrutura da Aeronáutica é capaz de atingir com proficiência nosso desenvolvimento e defesa da Amazônia, e, em apoio aos Pelotões de Fronteira e à Marinha.

Cabe ressaltar a importância da COMARA (Comissão de Aeroportos da Região Amazônica), implantando cerca de 150 aeródromos pavimentados, em uma extensão de terras correspondente a 60% do território nacional. Não podemos nos esquecer, também, da criação do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), em 1950, um modelar complexo científico-tecnológico, possibilitando o desenvolvimento da indústria da Aeronáutica brasileira.

É interessante lembrar que o Pensamento Aeronáutico sempre se pautou em “Pensar o Brasil” em primeiro lugar, fruto do seu sentimento de amor à pátria.

É sempre alvissareiro recordarmos o movimento cívico-militar de 1964 com a vitória sobre a tentativa de impor, novamente, um governo comunista à Nação brasileira. Os comunistas foram repelidos pela Forças Armadas, com apoio do povo, da mídia, da Igreja

e de parte dos políticos. Os militares permaneceram no poder até 1985, a fim de preparar uma estabilidade política para a democracia.

Nos dias atuais, o povo saiu às ruas clamando socorro às Forças Armadas para intervir militarmente no governo.

Quando nossa soberania interna sofre ataques provocados por interesses econômicos de outras nações, e apoiados internamente por ideologias contrárias à nossa essência cultural e cidadã, que, para se impor, tentam transformar os nossos mais caros valores e nossas seculares tradições e cooptar as nossas Forças Armadas a estas ideologias.

Dentro desse contexto, só com o povo reagindo a este mal e com o apoio das Forças Armadas será possível conter toda sorte de ideologias totalitárias, correntes apátridas e internacionalistas.

As Forças Armadas nasceram para defender o povo e a Nação Livre, e não para ser ornamento do Estado.

Do exposto de maneira sucinta, podemos deduzir o valor das Forças Armadas para defender, integrar e desenvolver a nossa Pátria com base em valores morais e éticos constitutivos de alma nacional e da nossa rica cultura.

A tradição das Forças Armadas Brasileiras realça a sua coesão, fundamentada na disciplina e na hierarquia, sempre aperfeiçoando sua operacionalidade para manter a soberania interna e externa deste povo cordial e desta terra abençoada por Deus.



Uniformes dos soldados que combateram na Guerra do Paraguai (detalhe para as insígnias de Voluntário da Pátria no braço esquerdo) – 1867 – Desenhos de Hendrik Jacobus Vinkhuijzen (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional)

OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO DO EXÉRCITO, A PARTIR DE RESENDE, NO COMBATE À REVOLUÇÃO DE 1932 NO VALE DO PARAÍBA E NA FRENTE MINEIRA



Claudio Moreira Bento
Cel Ex Eng
bento1931@gmail.com



A Revolução de 1932 durou 95 dias – de 9 de julho a 3 de outubro de 1932. Resende, na maior parte desse movimento revolucionário, o de maior expressão até hoje, foi o centro de gravidade das operações terrestres e aéreas que contra ela se desenvolveram em todo o Brasil.

Sediou, o Quartel General (QG) do Destacamento do Exército do Leste, na Estação Ferroviária, em um comboio ferroviário, ao comando do General Pedro Aurélio Goes Monteiro, que havia sido, também, o comandante militar da Revolução de 1930. Agora dirigia as operações na principal frente, a do Vale do Paraíba, apoiado pelo grosso do Grupo de Aviação do Exército, o único existente, comandado pelo Major Eduardo Gomes, herói dos 18 do Forte de Copacabana (5 de julho de 1922), quando ainda era tenente de Artilharia. O Campo do Grupo de Aviação foi, de 8 de julho a 6 de outubro, no atual Campo de Paradas da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e serviu de Base Aérea do Destacamento Resende do Grupo de Aviação que aí instalou seu QG, transferindo-o do Campo dos Afonsos para Resende. Sua pista se desenvolvia em uma reta balizada hoje entre o Portão Monumental e o Conjunto de Piscinas.

O Major Eduardo Gomes, hoje patrono da Força Aérea Brasileira (FAB), atuou como observador em voos de ligação das tropas da Frente do Vale do Paraíba com as da Frente de Minas Gerais, da 4ª Divisão de Infantaria (4ª DI). Inclusive, tomou parte no bombardeio do campo de pouso de Guará, em 23 de agosto, e de um pouso noturno em campo iluminado, façanha digna de registro na época, durante a noite de 14 de agosto, tendo como piloto o legendário Tenente “Mello Maluco” – era o Tenente Francisco de Assis Correia Melo, que se tornou lendário por sua perícia, coragem e audácia como piloto.

A mudança do Grupo para Resende em reforço ao Destacamento foi motivada por terem ficado provadas as inconveniências de atuar, a partir dos Afonsos, no Rio, devido à enorme distância dos objetivos e por ter, na ida e na volta, de enfrentar a travessia da Serra do Mar, com problemas de condições meteorológicas adversas que abortavam operações, além de grande desgaste dos motores.

O Destacamento de Aviação iniciou a ampliação e melhoria da pista, derrubando mangueiras do Horto Florestal, então, administrado pela ferrovia Central do Brasil.

AERONAVES USADAS POR GOVERNISTAS E REVOLUCIONÁRIOS

Principais aeronaves que foram usadas por governistas e revolucionários paulistas em 1932 nas frentes do Vale do Paraíba e Mineira. Da esquerda para a direita, de cima para baixo: **1- WACO Vermelho** da Aviação do Exército, modelo conservado pelo Museu Aeroespacial no Campo dos Afonsos; **2- Aviação WACO** igual ao anterior, mas com pintura diferente; **3- Avião MOTH**; **4- Avião POTEZ**; **5- Avião Neuport Delage**; **6- Avião Curtiss Falcon**. A seguir eles serão citados como presenças entre as forças governistas e revolucionárias. (Fontes: diversas pesquisadas na internet.)

COMANDANTES DO DESTACAMENTO DA AVIAÇÃO DO EXÉRCITO EM RESENDE

Atuaram, com base em Resende, como comandantes do Destacamento, os seguintes oficiais de Arma Aviação do Exército, que havia sido criada em 1927: 1^{os} Tenentes Joelmir Campos de Araripe Macedo, José Cândido da Silva Muricy Filho, e Capitão Henrique Dyott Fontenele. Este foi quem ampliou o campo de pouso ao custo de árvores importantes do Horto Florestal. Alertado por um resendense de que eram essências raras, assim consolou o reclamante, segundo nos contou, e mais tarde Brigadeiro Lavenère-Wanderley (àquele tempo citado como Wanderlei): “Fique tranquilo, se estas árvores eram raras, ficarão mais raras ainda”.

AVIADORES DO EXÉRCITO PIONEIROS DO DESTACAMENTO DE AVIAÇÃO EM RESENDE

Foram pioneiros do Destacamento, além do Tenente Araripe, os Tenentes Nelson Freire Lavenère-Wanderley e Júlio Américo dos Reis. Também atuaram em Resende os Tenentes José Sampaio Macedo, Francisco de Assis Correia de Melo (“Mello Maluco”), João Adil de Oliveira, Waldemiro A. Montezuma, Benjamin Manuel Amarante, Homero Souto de Oliveira, Joaquim Tavares Libânio, Antônio Lemos Cunha, José Vicente Faria Lima, Anizio Botelho e Geraldo Aquino que, destacado no Campo de Marte, em São Paulo, conseguiu escapar de ser preso, evadindo-se. Atingindo o Rio em 15 de julho, foi enviado

para Resende, não tendo a mesma sorte sua os outros oficiais lá destacados, inclusive, o Tenente Casemiro Motenegro.

Estiveram eventualmente operando em Resende os gaúchos Rui Presser Belo, Nero Moura e outros, na fase final, como França, Capitão Alves Seco etc. Durante os 70 dias em que o Destacamento atuou a partir de Resende, foi a fração governista mais atuante na primeira e única batalha aérea travada no Brasil, realizando operações aéreas pioneiras, como se verá. Nesse período, executou 665 missões de combate, em 1.043 horas de voo, além de 255 voos de treinamento. Consumiu 85.200 litros de gasolina, lançou 2.476 bombas, tirou 847 fotos aéreas e consumiu 21.900 cartuchos de metralhadoras.

O ESFORÇO OPERACIONAL INICIAL DO DESTACAMENTO DE AVIAÇÃO EM RESENDE

Seu esforço operacional concentrou-se, em agosto, sobre formações revolucionárias em São José do Barreiro, Morro Frio, Areias, Silveiras, Cachoeira Paulista, Vila Queimada e Pedreiras, e sobre o trem blindado revolucionário. Em 13 de agosto, o Destacamento Resende recebeu o primeiro caça Niuport Delage Delage, pilotado pelo “Melo Maluco”.

TENENTE FRANCISCO DE ASSIS CORREIA DE MELO – “MELO MALUCO”

Este era o tenente Francisco Assis Correia de Melo, que foi assim apelidado de Melo Maluco por sua invulgar perícia, coragem e audácia. Mais tarde, ele seria o Ministro da Aeronáutica do Presidente Juscelino Kubitschek, e ambos lutaram como governistas na Revolução de 1932.

Melo Maluco, como lendário, audaz, hábil, corajoso piloto da Aviação do Exército em Resende, e Juscelino como Coronel Médico da Polícia Militar de Minas Gerais, em frente ao Túnel da Mantiqueira que liga Passa Quatro-MG e Cruzeiro-SP.

RESENDE, ALVO DO PRIMEIRO BOMBARDEIO AÉREO NOTURNO NA AMÉRICA DO SUL

E foi nesse dia 13, pela madrugada, entre 1h30 e 3h, que um audaz e ousado piloto revolucionário, partindo de Lorena, depois de sobrevoar o Campo de Pouso de Resende e o QG do Destacamento do Exército do Leste na Estação Ferroviária de Resende, lançou três bombas em campos da orla resendense, só para efeito psicológico sobre a tropa e o povo, constituindo-se, assim, o primeiro bombardeio noturno na América do Sul, causando grande temor e sensação de medo aos resendenses que, no dia seguinte, fizeram romarias nos locais de impactos. Em resposta, ao amanhecer do dia seguinte, partiu de Resende uma esquadrilha que bombardeou o Campo de Pouso em Lorena, mas não impediu que aviões revolucionários evacuassem ilesos e fossem para São Paulo, contando com o ousado feito do dia anterior.

Na noite de 14 de agosto, a população de Resende passou por outro susto, ao divisar, à noite, aviões iluminados sobrevoando a cidade. Acreditavam ser um bombardeio mais efetivo do que o da madrugada anterior, até que souberam, no outro dia, do que se tratava. Eram aviões **Moth**, governistas, testando o equipa-

mento de iluminação de campanha do campo de pouso (farol e grupo eletrogêneo). O primeiro voo-teste foi pilotado pelo Tenente Melo (“Melo Maluco”), tendo como observador o Major Eduardo Gomes, comandante do Grupo de Aviação, e, o segundo, o Capitão Fontenele, então, comandante do Destacamento Resende.

A crônica e a memória local registram o susto que levaram os resendenses pensando tratar-se de outro bombardeio aéreo, mas, agora, para valer! Pouco depois, o campo de Resende passou a ter cobertura antiaérea com metralhadoras recebidas. Ficaram na memória da população os voos dos aviões denominados **Vermelinhos**. Em realidade, assim eram denominados os aviões do Governo. Também ficaram na memória dos resendenses as manobras ousadas de “Melo Maluco”.

O PRIMEIRO COMBATE AÉREO NO BRASIL

Em 22 de agosto, o espaço aéreo entre Resende e Queluz teria testemunhado o primeiro combate aéreo registrado no Brasil, entre dois aviões governistas, pilotados, pelos Tenentes Lavenère-Wanderley e Muricy contra dois revolucionários que tomaram a iniciativa de romper o contato, por estarem distantes de sua base. Os governistas eram um **Potez** de observação e bombardeio e um **Waco** com metralhadora, pilotado pelo Tenente Lavenère, que socorreu o Tenente Muricy, que havia sido atacado por um caça **Niuport Delage** e um **Waco**. Consideramos este, salvo melhor juízo, o primeiro combate aéreo no Brasil, pois houve reação recíproca, ao contrário do ataque sofrido pelo **Potez 25** TOE A-I 17 na tarde de 8 de agosto, na região de Buri, por três aviões governistas. Sem reação, atingindo seu radiador, conseguiu aterrissar em território sob controle governista sem danos pessoais, mas com perda total do equipamento. Este **Potez** é considerado o primeiro avião abatido na América do Sul em operação aérea. Foi uma perseguição sem reação, em face da superioridade revolucionária, liderada pelo mais tarde Brigadeiro Lysias Rodrigues, nosso primeiro mestre em Geopolítica do Brasil, com a obra *Geopolítica do Brasil*. Para iniciantes, ele foi uma legenda na aviação dos **Gaviões de Penacho**, apelido dos pilotos revolucionários.

ACIDENTES COM AERONAVES DO DESTACAMENTO RESENDE

Em 5 de julho, um **Waco**, pilotado pelo Tenente Botelho, tendo como observador o Tenente Balloussier, ao aterrissar, capotou. Chegava de um reconhecimento de Areias, Queluz e Morro Frio. Ficou indisponível.

Em 9 de agosto, um **Potez**, pilotado pelo Tenente Araripe, tendo como observador o Tenente Montezuma, foi atingido por balas revolucionárias, em Silveiras.

Em 19 de agosto, um **Moth**, pilotado pelo Tenente Amaranthe, tendo como observador o Tenente Muricy, quebrou o trem de pouso contra um barranco, ao aterrissar.

Em 25 de agosto, o Destacamento Resende recebeu quatro **Waco CSO** (que se popularizam como “vermelinhos”) adquiridos nos EUA, sendo um deles pilotado pelo Tenente Nero Moura, 12 anos mais tarde, comandante do 1º Grupo de Caça (o Senta a Pua), na Itália, Ministro da Aeronáutica e atual patrono da Aviação de

Caça da FAB. Vinham equipados com metralhadoras e porta-bombas, com capacidade de bombardeio picado. Com esse avião, ele tomou parte no bombardeio de Lavrinhas, em 29 de agosto.

Em 30 de agosto, foi constituído o Destacamento de Aviação de Pouso Alegre-MG, subordinado ao Grupo Misto de Aviação, sendo destacados, de Resende para lá, os Tenentes Araripe (chefe), Júlio e Nero Moura.

MAJOR EDUARDO GOMES E TENENTE NELSON LAVENÈRE-WANDERLEY

No início de setembro, o Major Eduardo Gomes fez ligações de coordenação entre os destacamentos de Resende e o de Pouso Alegre, que apoiava a 4ª DI de Juiz de Fora, no Vale do Paraíba mineiro. Foi piloto o Tenente Lavenère-Wanderley. Hoje, são patronos da FAB e do Correio Aéreo Nacional (CAN), ambos foram ministros da Aeronáutica. O último, historiador da FAB, tem obra prefaciada pelo primeiro, a qual mencionamos nas fontes consultadas.

Privamos com o Brigadeiro Lavenère nos IGHMB e IHGB, do qual guardamos excelente recordação. Lembro que, em tom de brincadeira, o convidamos para uma palestra no Arquivo Histórico do Exército, que dirigíamos, dizendo-lhe: “Confrade, o **Arquivo Histórico do Exército** está necessitando de apoio aéreo”. E ele prometeu comparecer, pois tinha grande orgulho de sua origem como artilheiro do Exército. Nesse ínterim, ocorreu sua internação urgente em São Paulo, onde veio a falecer. Não se esqueceu de, naquele momento, encarregar um familiar de telefonar-me, desculpando-se de não poder comparecer. Deixou muita saudade entre seus confrades historiadores, que lembram o seu carinho e a sua devoção pela História da Aeronáutica, que ajudara a escrever, com modéstia incrível, encobrendo sua participação destacada. Em sua homenagem, criamos a Delegacia da FAHIMTB Ten Brig Nelson Freire Lavanère-Wanderley, em Santos Dumont-MG, por sua ligação com a cidade, devido a seu casamento com Dona Sofia, da família do Patrono da Aeronáutica.

Em 8 de setembro, mais três **Waco CSO** reforçaram o Destacamento Resende e tomaram parte no apoio aéreo às conquistas de Silveiras, Pinheiros e Cruzeiro, em 13 de setembro, e Cachoeira Paulista, no dia 14 do mesmo mês.

Em 11 de setembro, pousaram no campo de Resende dois **aviões Curtiss Falcon** apreendidos dos revolucionários, o que causou sensação entre curiosos civis e militares de Resende, que fizeram romaria ao campo de pouso. Um acidente antecedeu a chegada do Destacamento em Resende. O **Potez TOE A 216**, pilotado pelo Tenente Faria Lima, ao aterrissar com os tenentes Anízio e Aquino, quebrou o trem de pouso ao entrar em uma vala, tendo de ser levado, para o Rio, de trem. Foi em 27 de julho.

Em 16 de setembro, o Destacamento Resende recebeu mais três **Waco CSO** de reconhecimento, equipados com dispositivos fotográficos e rádio. Em 17 de setembro, recebeu mais três **WACO** e passou a usar Cruzeiro como Campo de Pouso Avançado.

Em 20 de setembro, o Campo de Pouso de Lorena passou a ser usado como Campo Avançado de Resende. Ainda em 20 de setembro, dois aviões do Destacamento de Pouso Alegre foram

queimados no solo, por bombardeio da aviação revolucionária, sendo seus pilotos os Tenentes França e Guilherme.

Em 21 de setembro, aviões do Destacamento de Aviação de Resende bombardearam os campos de pouso revolucionários de Guará e Taubaté. Esta última é hoje sede do Comando de Aviação do Exército, a base de helicópteros.

No dia 23 de setembro, o Pelotão de Bombardeio, com cinco aviões do Destacamento Resende, bombardeou, pela manhã e pela tarde, o Campo de Guaratinguetá (no Hipódromo) sendo que, no último, foi atingido e destruído no solo o **Potez TOE** dos revolucionários. Foram pilotos os Tenentes Macedo, Lavenère-Wanderley, Muricy, “Melo Maluco” e Araripe. O último, à tarde, conduziu, como observador, o Major Eduardo Gomes, comandante do Grupo Misto de Aviação, baseado em Resende, no hoje Campo de Paradas da AMAN. Esse pelotão bombardeou, pela terceira vez, o campo de Guará, no Hipódromo, em 24 de agosto. Ainda no dia 23, o piloto Capitão Alves Seco, tendo como observador o Tenente Amarante, bombardeou o Campo Guará, com o **Waco CSO 18**.

De 23 a 26 de setembro, tiveram lugar diversos voos de ligação do Campo de Resende com seu Campo Avançado em Lorena, sendo que, em 25 desse mês, o tenente “Melo Maluco”, partindo de Lorena, realizou um reconhecimento aéreo noturno das posições revolucionárias em Guará.

Em 26 de setembro, ocorreu o bombardeio de Aparecida, a partir do Campo Avançado de Lorena, em avião **Waco 19**, pilotado pelo Tenente Lampert, tendo como observador o Tenente Montezuma, e ataques a Guará-Aparecida, a bomba, e com reconhecimento, pelos **Waco 14 e 19**, dos Tenentes Loiola e Amarante, em horários diferentes, e reconhecimento fotográfico pelo Tenente Araripe (futuro Ministro da Aeronáutica) com o **Waco 21**, tendo como observador o Tenente Balloussier. O **Waco 18**, pilotado pelo Tenente Lampert, executou uma missão de regulação de tiro de Artilharia.

O dia 27 foi movimentado. Aviões partiram de Resende e executaram missões de reconhecimento armado sobre Guaratinguetá e Aparecida, e aterrissaram nos campos avançados de Cruzeiro e Lorena. Foram cerca de 14 missões de reconhecimento e bombardeio. Neste dia caiu, na decolagem, por perda de força, um **Moth**, pilotado pelo Tenente Rui Presser Belo, tendo como observador o Coronel Alzir.

O avião ficou inutilizado. O Coronel Alzir, pilotando outro **Moth**, decolou de Resende com destino ao Campo dos Afonsos, tendo como observador o Capitão Aroldo. Em virtude do mau tempo, o Moth se chocou com a Serra de Itaguaí, com perda total do equipamento, perecendo o observador, Tenente Aroldo, e ficando gravemente ferido o Coronel Alzir.

No dia seguinte, decolaram de Resende seis **Waco** e um **Moth** para localizar o Moth sinistrado, do qual não se tinha informações em Resende. Ainda nesse dia, decolaram, do Campo Avançado de Lorena, seis aviões para reconhecimentos com ataques a bombas sobre alvos em Guará-Aparecida, consumindo-se 30 bombas de 25 libras, segundo o **Diário de Campanha**.

No dia 29, correu a notícia do início das negociações para a cessação das hostilidades. Nesse dia, tiveram lugar quatro missões de reconhecimento, inclusive, fotos e 11 voos de treinamento.

Dia 30, intensificaram-se reconhecimentos, com ataques à bomba sobre alvos em Aparecida e Guará. Foram realizadas 31 missões. O Major Eduardo Gomes, no **Waco 19**, pilotado pelo Tenente Lavenère-Wanderley, coordenou as atividades dos destacamentos Resende, que começaram a se retirar para o Campo dos Afonsos, só permanecendo três, para uma emergência.

O Diário de Campanha do Destacamento Resende do Grupo de Aviação do Exército, da Diretoria de Aviação, assinalou: “A organização da Aviação Militar (do Exército) era a mais precária que se possa imaginar ao estourar a Revolução de 1932”. E prossegue: “falta de recursos pessoais e materiais e de organização, principalmente”.

Ao final da revolução, foi reconhecida a ação da Aviação Militar, que manteve a superioridade aérea na Frente do Vale do Paraíba, sem nenhuma perda humana ou material em combate, nos seguintes termos, em documento oficial:

... A Aviação Militar se lançou galhardamente para a Frente e, com verdadeira elegância, soube sofrer, lutar e vencer... Para esta útil atuação não se prendeu à teoria, idealizada para recursos que não logrou reunir. Aceitou as situações como elas se apresentaram, resolveu-as com os recursos existentes e dentro das circunstâncias ambientais em que se desenvolveram. Assim, terminou a campanha gozando a confiança das armas irmãs. E o resultado obtido não foi sem sacrifícios...

A AVIAÇÃO CONSTITUCIONALISTA

A aviação que combatia do lado de São Paulo era chamada de aviação constitucionalista. Os aviões de que dispunha pertenciam à Aviação Militar. Alguns já se achavam no Campo de Marte quando a Revolução de 1932 teve início. Outros foram levados em voo do Campo dos Afonsos, por oficiais que aderiram à Revolução.

No início da Revolução, os aviões de emprego militar de que dispunham os paulistas eram: os **Potez TOE A – 116 E A – 212**, os **Wacos CSO C-2 e C-3**, e o avião de caça **Nieuport Delage K-421**. Os dois **Potez** e o **Waco C-2** já se achavam destacados no Campo de Marte, quando deflagrou a Revolução.

O **Waco C-3** foi levado para São Paulo, no dia 21 de julho, pelo Primeiro Tenente Arthur da Motta Lima filho que, simulando a realização de um voo de treinamento local, rumou para São Paulo, levando, como passageiro, o soldado da Escola de Aviação Militar, José Cesar Falcão, que desconhecia as intenções do piloto.

O **Nieuport Delage K-431** foi levado para São Paulo, na segunda quinzena de agosto, pelo Capitão Adherbal da Costa Oliveira, que, iludindo a vigilância, decolou do Campo dos Afonsos e foi aderir à Revolução. Além dos aviões acima mencionados, os revolucionários paulistas possuíam um **Fleet** e um **Moth** de instrução primária e alguns aviões civis que eram utilizados ora na instrução, ora como aviões de ligação na Zona do Interior. Os outros oficiais da Aviação Militar, que tomaram parte da Revolução, deslocaram-se do Rio de Janeiro, clandestinamente, por via marítima.

Os seguintes oficiais da Aviação Militar do Exército participaram da Revolução de 1932: Major Ivo Borges, que ficou como Comandante das Unidades Aéreas da Aviação Constitucionalista; Major Lysias Augusto Rodrigues, que ficou como comandante do Grupo de Aviação Constitucionalista; Capitão Adherbal da Costa Oliveira; Primeiros-Tenentes José Angelo Gomes Ribeiro, Orsini de Araujo Coriolano, Arthur da Motta Lima Filho e Nicanor Porto Virmond.

A grande maioria, porém, das missões aéreas foi realizada pelo Major Lysias, pelo Capitão Adherbal e pelos Tenentes Gomes Ribeiro e Motta Lima. Vários oficiais da Força Pública de São Paulo e civis participaram das operações aéreas, quer como pilotos, quer como observadores.

O Campo-Base da Aviação Constitucionalista, na cidade de São Paulo, foi o Campo de Marte, que teve, na ocasião, as suas instalações muito ampliadas; os hangares existentes na orla leste, próximo ao Corpo da Guarda, foram construídos durante a Revolução de 1932.

Os revolucionários paulistas aproveitaram sempre a sua posição central, em relação às três frentes de combate para, com os mesmos aviões e pilotos, fazerem incursões de surpresa, ora em uma frente, ora em outra. Durante o mês de agosto, os revolucionários compraram, na fábrica de montagem da Curtiss Wright Corporation, instalada no Chile, nove aviões de observação e bombardeio **Curtiss “Falcon”, tipo O-IE**. Estes aviões, de construção extremamente robusta, equipados com motor Curtiss D-12, de 435 HP, com velocidade máxima de 224km/h, capazes de realizar “piques” verticais de bombardeio, com raio de ação de 1.000 quilômetros e teto de 4.600 metros, foram os aviões militares mais aperfeiçoados, entre os que participaram da luta aérea, durante a Revolução de 1932.

No começo de setembro, os referidos aviões Curtiss “Falcon” começaram a ser trasladados em voo, um a um, do Chile para o Brasil, por pilotos norte-americanos e chilenos. Os dois primeiros aviões foram entregues aos pilotos brasileiros na cidade de Encarnación, no Paraguai, na fronteira com a Argentina. Um terceiro avião acidentou-se na Argentina, próximo à fronteira com o Chile. Um quarto avião acidentou-se na aterrissagem em Concepción, tendo sido apreendido pelas autoridades paraguaias. Daí para diante, os aviões “Falcon” começaram a ser levados até a cidade de Campanário, no sul de Mato Grosso, onde eram entregues aos pilotos revolucionários.

Ao chegar em São Paulo, os aviões **“Falcon”** ainda tinham de ser armados com metralhadoras e porta-bombas. Um dos aviões ficou inutilizado por ter a sua hélice sido perfurada por tiros de metralhadora, em uma experiência de sincronização. A primeira vez que os aviões **Curtiss “Falcon”** foram empregados foi em 20 de setembro, no bombardeio do campo de aviação de Mogi-Mirim. Em 24 de setembro, uma semana antes do término da Revolução, a Aviação Constitucionalista sofreu a sua primeira perda de pessoal em combate: o Primeiro-Tenente José Angelo Gomes Ribeiro, como piloto, e o civil Dr. Mário Machado Bittencourt, como observador, em um avião **Curtiss “Falcon”**, foram abatidos pelo fogo de armas antiaéreas, quando atacavam o cruzador **“Rio Grande do Sul”**, em Santos.

Antártida 1980

Hélio Carvalho Perez

Cel Av

perezhelio7@gmail.com

Corria o ano de 1980, quando fui designado, pelo governo brasileiro, com o Cap Med Percival, para conhecer, a operação do C-130 no continente gelado, e conhecer uma base administrada pela Força Aérea do Chile. Tudo isso visando uma futura construção de uma base brasileira na Antártida. Em 1989, iria se encerrar o Tratado Antártico Internacional, assinado em 1959 por 12 países, que possuíam uma base científica na Antártida. Depois de 1989, segundo esse tratado, seria vedada a entrada de quem não estivesse em uma base na Antártida fazendo pesquisas científicas.

A decolagem para a Antártida, foi de Santiago do Chile, no dia 26 de setembro de 1980, em um C-130 chileno, e foi antecipada, devido a um acidente grave, com um helicóptero, da Base Chilena Tenente Marsh, fundada em 1969, vindo a falecer o piloto, um tenente aviador, e um cabo que os acompanhava. Essa Base ficava situada na ilha Rei Jorge, na península antártica, local que se aproxima mais da América do Sul. Ao lado da Base Marsh ficava uma Base da então URSS. O convívio entre a base chilena e a base russa era cordial. Cheguei a jogar sinuca com os russos, na base chilena. Não cheguei a visitar a base russa, pois não fui convidado. Levei, na minha bagagem, café doado pelo IBC (Instituto Brasileiro do Café), bem como revistas *Playboy* e correlatas, que distribuí para os chilenos, bem como para os russos. Não preciso dizer da felicidade por esses presentes.

Decolamos após a meia-noite, e amanhecemos, depois de 5 horas de voo, na Base Aérea de Punta Arenas, onde ficamos aguardando uma “janela” de bom tempo, para que pudéssemos decolar, atravessar o perigoso Mar Drake, e com 2h20 (1.230 km) de voo pousar em Marsh. Houve época em que o C-130 ficou

alguns dias em Punta Arenas, aguardando tempo bom em Marsh, para decolar. *En passant*, nessa época o Chile e a Argentina estavam se estranhando, pela disputa do Cabo Beagle, no extremo sul da América do Sul. Após o nosso pouso, essa aeronave retornaria a Santiago levando os dois corpos. O C-130 não podia pernoitar ao ar livre na Antártida, pois, durante a noite, devido ao frio extremo, os sistemas da aeronave poderiam congelar, impedindo o acionamento dos motores. Foram embarcados os corpos, perante os membros da base chilena e da base russa, que ficaram perfilados, em sinal de respeito. Devido à pista ser de cascalho, e ficar coberta com uma grossa camada de neve, no inverno, antes do pouso, os tratores empurravam a neve, para as laterais da pista, formando um “monte” contínuo por toda a lateral da pista. Deixavam uma pequeníssima camada de gelo no solo, permitindo, assim, a frenagem dos pneus ao solo. Nessas laterais da pista, a ponta da asa do C-130 passava por cima desse “monte” que se formava, sendo bastante “estranho” para nós, pilotos, ao olhar no táxi essa ponta de asa passando um pouco acima da neve. Caso, ao pousar, o avião saísse da pista, com certeza era luz e calor. Essa retirada da neve permitia que o C-130 operasse durante todo o inverno. No verão, não existia neve na pista, somente nos morros mais altos. Eu operei no inverno e no verão, nessa pista, e ela requer muito cuidado, capricho e experiência, principalmente, no inverno. A pista tinha somente 800 metros de comprimento, e o pouso tinha de ser totalmente visual, e era considerado de máximo esforço. Cruzou a cabeceira, reduz os motores e toca no solo, reverso “full” (máximo), e freio no limite. No final da pista, para fazer o 180º para voltar, tínhamos de fazer algumas marchas



a ré, utilizando a largura da pista, e usando os reversos para a marcha a ré, pois não havia espaço para taxiar normalmente.

Ficamos oito dias nessa base, sendo muito bem tratados pelos seus 29 integrantes. Conheci, dentro da base

chilena, o comandante da base russa, que era um glaciólogo, e que havia morado sozinho, durante dois anos, em um *iceberg*. Vá gostar de frio assim no Polo Sul! Conheci também mais dois russos, que não sei quem eram. Era ainda a época da “guerra fria”. O helicóptero acidentado havia entrado voando, no mar congelado (camada de gelo de mais ou menos um metro), possivelmente pela perda de visibilidade, pois tudo é branco e se perde totalmente a noção de visibilidade e profundidade. (Na visão para a frente, tudo fica muito branco e leitoso.) Por causa desse acidente, chegaram muitos rádios das outras bases de toda a Antártida, prestando condolências pelo acidente, e que ficavam em um quadro de avisos. Do Brasil não tinha nenhum rádio. Consegui (pela estação de rádio chilena), avisar sobre o acidente ao COMTA (Comando de Transporte Aéreo), ao qual eu era subordinado, que também mandou um rádio de condolências, que foi lido por mim, em uma cerimônia perante os chilenos. Fizemos a nossa parte.

Interessante, as construções russas eram feitas sobre pilotis, o que permitia a neve nas “ventiscas” (ventos fortes, tipo vendaval), pois esse vento forte levanta a neve do solo, e passa por debaixo das construções, não acumulando neve nas laterais dos prédios. Em uma das noites em que estive nessa base, assisti a uma dessas ventiscas (o vento é contínuo e muitíssimo forte), e a temperatura

externa da base chegou a - 29°. Calcula-se essa temperatura usando uma tabela, que fornece a temperatura “sensível à nossa pele”, e que diminui muito, quanto maior for a intensidade do vento. Os prédios são construídos separados, visando à segurança quanto a incêndios.

A base chilena era feita primordialmente de madeira, e sem pilotis, o que, nas ventiscas, fazia acumular às vezes muita neve nas paredes. Nessa época, os integrantes da base chilena ganhavam uma gratificação a mais no soldo, para servirem na Antártida. Mas tinha uma condição *sine qua non*, que era extrair o apêndice antes de embarcar, para evitar uma apendicite, o que seria fatal, pois não havia médico para operar o apêndice. Os chilenos ficavam lá, no mínimo, dois anos.

Naquela época (43 anos atrás), era assim que funcionava, e, acreditem, funcionava muito bem. Hoje os recursos e as instalações são outros, muito mais modernos, mas a velha pista chilena ainda é de cascalho. Até hoje, a base brasileira Comandante Ferraz, administrada pela Marinha do Brasil, é apoiada pelos C-130 da Força Aérea Brasileira (FAB), que pousam nessa pista de cascalho da base chilena, fazendo transporte de material e pessoal, durante todo o ano, mesmo no inverno. A FAB também utiliza o sistema de “ressuprimento aéreo” na própria base, qual seja, lançamento de material de paraquedas, também com o C-130 Hércules.

No inverno, o mar próximo a essas bases congela, impedindo a chegada de navios. O socorro só chega pelo ar. Isso me lembrou muitas cidades dessa época, na nossa colossal Amazônia, onde o socorro também vinha somente pelo ar. Eram trazidos, pelos anjos azuis, chamados assim, pelas “irmãs” católicas, de São Gabriel da Cachoeira.

Saudades daqueles tempos heroicos.

Histórias de um Tenente Polivalente

Astor Nina de Carvalho Netto

Ten Brig Ar

astornetto@yahoo.com.br



A época de tenente é talvez a mais significativa e marcante da vida do oficial aviador. Depois de alguns anos como aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, Cadete e Aspirante, cumprindo rígidos programas de instrução, fazendo parte de uma turma, sempre guiado por comandantes e instrutores, ele passa a realizar uma espécie de voo solo, ao servir em Unidades Aéreas, comandar aeronaves, tornar-se um piloto operacional e chefiar setores de uma Organização Militar. Ao conduzir aeronaves e militares, intensificam-se nele a importância da responsabilidade e a capacidade de administrar. Ele começa a construir a sua história como oficial da nossa Força Aérea.

A minha história teve início, a partir de janeiro de 1965, quando cheguei a Recife, para servir no 6º Grupo de Aviação – 6º GAV. Um Segundo-Tenente recém-promovido iniciava sua vida de piloto de Unidade Aérea, voando o quadrimotor Boeing B-17, a lendária Fortaleza Voadora, poderoso bombardeiro que teve notável atuação na Segunda Guerra Mundial. Naquele tempo, os tenentes pilotavam os aviões das Unidades Aéreas e as aeronaves das Esquadrilhas de Adestramento das Bases Aéreas, onde estavam sediados os seus Esquadrões. Eram pilotos polivalentes, que voavam em vários tipos de aviões.

No período de 1965 a 1970, simultaneamente, fiz parte do quadro de pilotos (QP) do B-17, do bimotor Beechcraft C-45 e dos monomotores North American NA T-6 e Regente C-42. Merece ser citado também o então Tenente Sergio Pedro Bambini, do 1º/10º Grupo Aviação. Naquele período, ele pilotava cinco tipos de aeronaves: os bimotores Mitchell RB-25, os Beechcraft RT-11 e C-45, além dos monomotores NA T-6 e C-42.

Para transmitir aos pilotos de hoje fatos vividos por um oficial que gostaria de ser um eterno tenente, selecionei algumas histórias pitorescas de uma época áurea, marcada pela versatilidade e competência de jovens aviadores polivalentes.

O SOLO NO REGENTE C-42

Fabricado no Brasil, pela Construtora Aeronáutica Neiva, o Regente C-42 era um avião monomotor de asa alta, que atuou na Força Aérea em missões de transporte. Com quatro lugares e um fino acabamento da cabine, assemelhava-se a um automóvel de luxo. Na versão L-42, ele realizava missões de ligação e observação.

Em uma sexta-feira, quando faltavam cerca de 50 minutos para o término do expediente, fui consultado, por telefone, pelo Comandante do Esquadrão de Comando da Base Aérea de Recife, o Major Teóphilo Aquino, para realizar um voo de instrução com a finalidade de ficar apto a pilotar o Regente e, no dia seguinte, sábado, transportar um Coronel do Exército para Aracaju. Pediu-me o Major que eu fosse rapidamente para a Esquadrilha de Adestramento, porque ele teria de pegar o ônibus que transportava os oficiais e não estava com o seu carro na base. Disse-lhe que eu também dependia daquela condução. Saí apressadamente do 6º GAV; ao chegar à Esquadrilha de Adestramento, encontrei o Major Aquino dentro do C-42. Ele disse-me que já tinha feito todo o procedimento para a partida do motor, faltando apenas pô-lo em funcionamento com uma espécie de chave, que foi por mim acionada. Fiz três pousos. Era fácil e agradável pilotar aquele pequeno avião. Por conselho do Major, depois do voo, fui à Esquadrilha de Adestramento e peguei o Manual do avião, contendo a descrição dos seus sistemas. Levei-o para casa e o li com muita atenção, pois iria voar solo em um avião que me era quase totalmente desconhecido. Com a decolagem prevista para 8h, cheguei à Sala de Tráfego às 7h, para ter tempo de conhecer melhor a cabine do Regente. Quando lá cheguei, encontrei o Coronel. Apresentei-me a ele, disse-lhe que iria preparar o avião e lhe avisaria quando tudo estivesse pronto para o embarque. Com o auxílio do *checklist* (lista de verificações), comecei os procedimentos para a partida do motor. Poucos minutos depois, o Coronel veio antecipadamente para o avião e perguntou-me se poderia entrar. Sentou-se na cadeira da direita e colocou uma pasta ao seu lado, entre as duas cadeiras da frente. Continuei realizando os procedimentos, chegando ao item relativo à seletora do combustível, que deveria ser aberta. Procurei-a em toda a cabine, sem encontrá-la.



Como o mecânico de dia estava do lado de fora, com o extintor de incêndio, fiz a tolice de chamá-lo e perguntar a localização da seletora do combustível. Ele mostrou-me a sua localização, entre as duas cadeiras, debaixo da pasta do Coronel. O que eu deveria ter feito era sair do avião e fazer discretamente aquela pergunta. Muito admirado, o Coronel espantou-se por eu não saber ligar o combustível. Disse-lhe então que tinha feito um voo de instrução na véspera e aquela era a primeira vez que iria pilotar solo o Regente. Outra afirmação que não deveria ter feito. O coronel qualificou a instrução como muito fraca, pois eu não tinha aprendido sequer a ligar o combustível e mostrou-se disposto a não fazer a viagem. Por sorte, de onde estávamos, era possível ver o estacionamento dos B-17. Mostrei-lhe aqueles aviões e disse-lhe que os pilotava, tendo portanto total condição de pilotar solo o pequeno Regente.

Depois de um voo tranquilo, pousamos em Aracaju. Antes de despedir-se, o Coronel disse que, se eu fosse tenente do Exército, seria punido por brincar com um superior, pois ele tinha certeza de que aquele não era o meu primeiro voo solo no Regente. Reafirmei a veracidade da situação, tendo ele confessado que se manteve temeroso durante todo o voo, embora a viagem tivesse sido excelente.

Com o avião reabastecido, decolei sozinho de volta para Recife. Fiz quase todo o trajeto a baixa altura. Por ser um avião de asa alta, o Regente permitia uma ampla visão do solo, e foi possível apreciar as belezas das praias e de um litoral repleto de coqueiros. Aquele voo solitário e inesquecível foi um dos mais belos e marcantes que fiz como piloto polivalente.

UMA SITUAÇÃO INUSITADA

O Beechcraft C-45 era um bimotor de fabricação norte-americana, normalmente, conduzido por dois pilotos e com capacidade para transportar cinco passageiros. Embora fácil de ser pilotado, exigia cuidado no pouso, principalmente, quando o vento era de través.

Em Recife, depois de realizar um voo local diurno e outro noturno, fui habilitado como Segundo Piloto-2P e passei a integrar o QP do C-45. Certa vez, vivi uma situação inusitada. Dois pilotos, alunos do Instituto Militar de Engenharia (IME) estavam realizando “provas aéreas” com um C-45: um deles era pernambucano e desejava pernoitar em Recife; o outro queria prosseguir para Natal, e lá pernoitar. Por ter familiares em Natal, recebi uma consulta, por intermédio do Oficial de Operações, para substituir

o piloto pernambucano nos trechos Recife-Natal e Natal-Recife. Aceitei o convite. Na Sala de Tráfego, tive o prazer de encontrar o Tenente Rocha Bastos, meu instrutor no 5º Grupo de Aviação, com quem fazia aquele voo. Decolamos por volta das 17h30. O Rocha Bastos como 1P e eu como 2P. Algum tempo depois, estávamos realizando voo noturno. Como 2P, acendi as luzes do painel e as de navegação. Ao entrar na perna do vento para o pouso, Rocha Bastos me disse: “você, como 1P no avião, garanta o pouso, pois eu sou 2P, só fiz um voo de instrução diurno e este vai ser o meu primeiro pouso noturno”. Disse então ao Rocha Bastos que eu era também apenas um 2P. Embora preocupado e sem muita convicção, afirmei que o meu antigo instrutor não iria precisar de ajuda para pousar. Exímio piloto, ele fez um pouso seguro, e, ao estacionar o avião, disse a conhecida frase, que se aplicava bem àquele momento: “chegamos, não quebramos, festejemos”. E fomos festejar no Cassino dos Oficiais o sucesso daquele voo inusitado.

Na manhã do dia seguinte, retornamos tranquilamente a Recife, onde o piloto pernambucano voltou a integrar a tripulação, e o avião prosseguiu para o Rio de Janeiro. Naquela época memorável, os comandantes de aeronaves tinham autonomia e liberdade para escolher os locais de pernoite, e até mesmo para substituir um tripulante fora de sede.

O VOO SOLO NO C-45. UMA RAZOÁVEL PRELEÇÃO

Foi no Rio de Janeiro, alguns meses depois, onde realizei o meu primeiro e único voo solo no C-45, cumprindo uma missão em que o avião tinha como tripulantes o Coronel Antônio Vieira Cortês, comandante da Base Aérea de Recife, eu e um sargento mecânico. No trecho Recife-Caravelas, o coronel pilotou o C-45, e eu atuei como 2P. No trecho Caravelas-Rio de Janeiro, houve revezamento e passei a pilotar o avião. A previsão era pousarmos no Campo dos Afonsos, onde o avião passaria por um pequeno serviço de manutenção no Parque de Material Aeronáutico que apoiava o C-45. Como o Terminal Rio estava operando por instrumento sob chuva moderada, e o pouso nos Afonsos só poderia ser realizado em condições visuais, fiz o procedimento para o Aeroporto Santos Dumont. Pousamos com a pista molhada, reduzida visibilidade e com o vento quase de través. Caso houvesse condições meteorológicas, decolaríamos no dia seguinte para os Afonsos, às 8h.



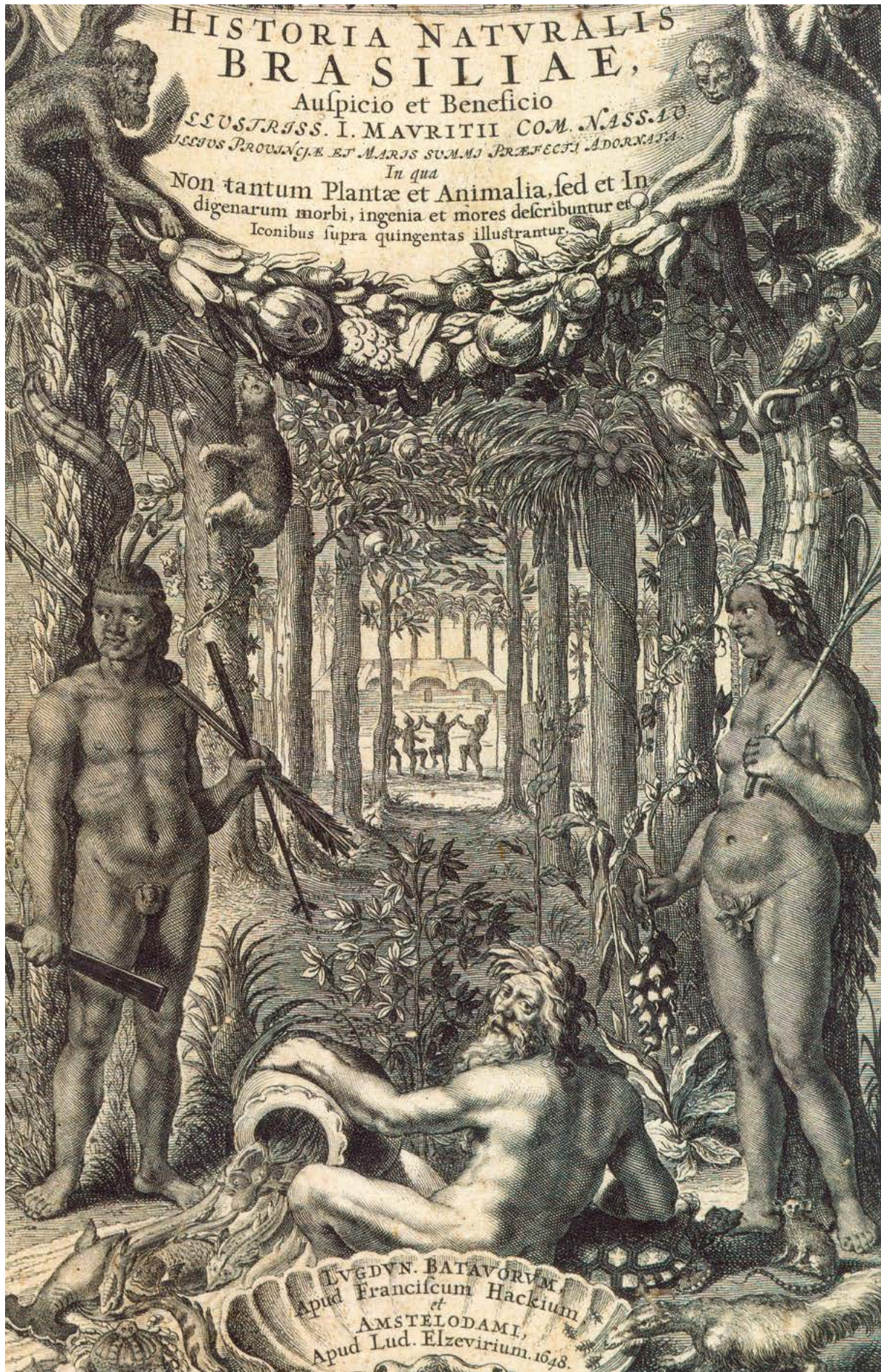


Na manhã seguinte, o céu estava claro, sem nuvens. Fui então surpreendido com a decisão do Coronel Cortês de mandar-me sozinho, pilotando o C-45, para os Afonsos, enquanto ele trataria de assuntos administrativos no prédio do antigo Ministério da Aeronáutica. O Coronel temia que o serviço de manutenção do C-45 fosse demorado e tivéssemos de passar mais um dia no Rio de Janeiro. Lembrei-lhe de que eu era 2P. Foi então que ele disse: “você era 2P, depois do procedimento por instrumento e o pouso no Santos Dumont, você está habilitado a ser 1P. Chegando a Recife, vou preencher uma ficha de instrução”. Decolei, tendo como companheiro o mecânico de voo, sentado na cadeira do copiloto. Após a decolagem, a Torre de Controle do Santos Dumont mandou que fosse estabelecido contato com a Torre dos Afonsos (TAF). Informado de que a pista em uso era a 26, solicitei então permissão para entrar na final longa daquela pista, medida que permitiria evitar parte do intenso tráfego de aviões T-21 Fokker em instrução. Na época, a instrução de T-6 já tinha sido transferida para Pirassununga. Na final para o pouso, recordei com saudade o Cometa Zero Cinco (este era o meu código no último ano do Curso de Formação de Oficiais Aviadores, todo realizado no Campo dos Afonsos).

Após o pouso, dirigi-me ao setor do Parque onde seria feito o serviço de manutenção. Lá, fui informado de que aquele serviço só poderia ser realizado com a autorização do Diretor do Parque, o Brigadeiro Faria Lima. O Brigadeiro exigia também a apresentação de Oficiais de outras Organizações com o 5º Uniforme (túnica e quepe). Como estava com o 7º uniforme (camisa de manga curta), fui à Escola de Aeronáutica, localizada ao

lado. Lá encontrei o Tenente Gilson Breno de Lima, meu colega de turma, que me emprestou a sua túnica, uma gravata e um quepe. O Breno era um pouco mais baixo e mais magro, a túnica ficou apertada, com as mangas curtas. Mesmo assim, decidi apresentar-me ao Brigadeiro, pois não podia perder tempo buscando um uniforme que melhor se adaptasse ao meu corpo. Ao me apresentar, ele perguntou-me pelo outro piloto. Informei que o Coronel Cortês estava resolvendo problemas administrativos no Centro do Rio, por isso, eu estava pilotando o C-45 sozinho. Afirmado que esse não era um procedimento usual, ele disse que também tinha realizado voo solo no Beechcraft. A seguir, comentou que eu estava pessimamente uniformizado, havendo duas hipóteses: ou eu tinha um mau alfaiate ou tinha engordado. Comentou também que a túnica estava com cor diversa da calça, sinal de que as duas peças tinham sido usadas em situações diferentes. Por último, disse que se eu continuasse mal uniformizado não iria progredir na carreira militar, pois um oficial tinha de dar bons exemplos aos seus subordinados e estar sempre bem uniformizado. Depois da razoável preleção, limitei-me a dizer “sim, senhor”. Após a realização do serviço de manutenção, contente por pilotar sozinho um bimotor, decolei de volta para o Santos Dumont. Dois dias depois do nosso retorno a Recife, o Boletim da Base publicou a minha qualificação como primeiro piloto do C-45.

Ao recordar esses feitos de um tenente aviador, sou dominado por uma pequena nostalgia, ao sentir que o tempo passou e o passado não volta, embora nele tenham ficado indelevelmente inseridas histórias pitorescas de um oficial que foi muito feliz como piloto polivalente.



Historia naturalis Brasiliae (1648) do médico e naturalista holandês Willem Piso.

Ideias de Brasil

George Walter Wink

Professor

georg.wink@hum.ku.dk

Professor associado de Estudos Brasileiros na Universidade de Copenhague, onde dirige o Centro de Estudos Latino-Americanos, Georg Wink, com uma formação interdisciplinar em Estudos Brasileiros, Sociologia e Economia, atuou como pesquisador e professor na Universidade Livre de Berlim, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Técnica de Dresden, entre outras. Publicou vários livros, artigos e capítulos de livros sobre a história cultural do Brasil, e fez traduções de poesia do alemão para o português.

Embora eu não seja filósofo, nem o tema da minha palestra seja filósofos, agradeço a oportunidade de apresentar e discutir uma pesquisa, já um pouco datada por ter sido feita em meu doutorado (2007-2009) sobre as ideias que se tem do Brasil. O termo, de origem grega, que melhor define esse conceito é *topos/topoi*, no plural, que significa lugar comum. Parece muito ambicioso alguém querer pesquisar sobre as ideias do Brasil, mas foi, principalmente, pensando na narrativa oficial, que os especialistas chamam de pedagógica, a narrativa como é representada pelo Estado, tentando descobrir de onde vêm os elementos desta ideia do Brasil, que mergulhei no tema.

O ponto inicial do meu trabalho, a motivação para começar, foi um livro que encontrei na estante da minha avó, escrito por Afonso Celso. O livro *Porque me Ufano do meu País* foi publicado em 1900, perto da celebração dos 400 anos do descobrimento, e logo foi traduzido para o alemão e, até 1910, teve três edições. O livro fez muito sucesso na Alemanha, e o li com muito interesse. Esse livro é didático, para alunos do Ensino Médio, e reúne motivos pelos quais deveríamos sentir orgulho do Brasil, uma verdadeira aula de cidadania, de espírito cívico. Fiquei muito impressionado e tentei descobrir de onde vinham os *topoi*, essas ideias que compunham o livro. Desta forma, fui trabalhando retroativamente, voltando na cronologia, até chegar finalmente na carta de Pero Vaz de Caminha.

Vou resumir a criação e a continuidade dos quatro principais *topoi* que compõem o imaginário de Brasil.

- 1- O Brasil é o Novo Mundo, e não Índia Ocidental.
- 2- Ele é uma ilha (isolado, não é América Latina).
- 3- É o paraíso terrestre, natureza (o bom selvagem).
- 4- É o Quinto Império, o país do futuro.

1. BRASIL COMO NOVO MUNDO

Esse aspecto costuma ser negligenciado, porque é uma visão muito antiga, do século XVI, que não importa mais. Hoje, chamamos coloquialmente América como os Estados Unidos, e América Latina como toda a América do Sul, a América Central e uma parte da América do Norte. Isso não era assim. Na época, os topônimos “Novo Mundo”, “América” e “Brasil” foram usados como sinônimos.

O mapa mostra isso de forma bem clara. Ele foi feito por Sebastian Munster, em 1540, e ficou tão famoso que chegou a ilustrar o *best-seller* de Hans Staden, *A Verdadeira História dos Selvagens, Nus e Ferozes Devoradores de Homens, Encontrados no Novo Mundo*, no qual ele conta sua experiência no litoral paulista. No mapa podemos ver que há alguma precisão em relação ao Caribe e à América do Sul, e pouca precisão em relação à América do Norte. O que mais importa é ver o que está escrito, em alemão e em latim, na parte de baixo da América do Sul – Mundo Novo; e o que mais importa está em letras menores, sob a palavra *orbis*: a Ilha Atlântica que chamam de Brasil e América. O mapa mostra bem os três conceitos como sinônimos: América/Novo Mundo/Brasil.

Logo depois disso vai mudar, mas, na época em que esse Novo Mundo entrou no imaginário europeu, foi fortemente relacionado com o Brasil, pela simples razão de que os processos náuticos dos descobrimentos foram muito diferentes. Para as expedições espanholas ou as encomendadas pelos reis católicos, as novas terras encontradas foram sempre associadas à Índia ou à Ásia, porque ainda não havia espaço no imaginário para um quarto continente. O mundo era feito, logicamente, com três continentes, o que também reflete uma visão cristã do mundo – a trindade, o número três era o que importava. Na verdade, não houve nem na Antiguidade clássica, com pouquíssimas exceções, espaço para um quarto continente.

A questão náutica é que, como essas expedições eram sempre em direção ao poente e, em algum momento, encontravam terra, associaram essas terras com a Ásia. Só a partir da viagem de Pedro Álvares Cabral, que foi feita em uma direção bem diferente, já que o descobrimento aconteceu por coincidência no caminho para a Índia, contornando a África, ficou claro que essa

nova terra estava localizada em uma outra posição geográfica que nunca poderia ser a Índia. A partir desse momento, é que se começou a pensar em um quarto continente, o Brasil como esse quarto continente. A ligação entre a suposta Índia ocidental (o Caribe e o México) e esse novo continente aconteceu só depois.

Há muitas controvérsias sobre essas viagens e existem hipóteses de que o Brasil já era conhecido antes da viagem de Cabral, mas hoje isso é ponto pacífico: está confirmado que a questão é a interpretação das novas terras. Embora Américo Vespúcio tenha viajado um pouco antes do Cabral, beirando a costa do Pará, do Maranhão, e, embora Colombo, em sua quarta viagem, tenha chegado na boca do rio Orinoco, os viajantes sempre interpretavam essas terras como parte da Ásia, porque todos viajaram primeiro para o Caribe e de lá começaram a explorar as costas, alguns também viajando para o Sul e voltando para o Leste. A condição única da viagem de Cabral foi chegar em linha reta ao Brasil. Desde as ilhas de Cabo Verde, ele viajou com bons ventos, sem tempestades nem nada que atrapalhasse o curso, em direção ao Sudoeste, quando de repente encontrou a terra que foi chamada Brasil. A razão dessa rota de Cabral foram os ventos, pois os veleiros tinham de seguir os ventos sem muita opção. Seguindo o conselho de Vasco da Gama, ele deveria viajar em direção Sul/Oeste, e só quando chegasse na altura do Cabo da Boa Esperança é que deveria voltar para o Leste.

Por trás de todo esse raciocínio há um detalhe técnico. Quando eu falo em posicionamento em alto-mar, viajar para o poente e para o Sul, e como saber a própria posição ou a posição e extensão das terras, isso tudo foi muito arbitrário em relação à posição Leste-Oeste e muito preciso em relação à posição Norte-Sul. Na época, século XVI, e até a primeira metade do século XVIII, era possível saber a posição da embarcação em relação aos polos por causa da posição do sol. Não havia grande dificuldade. Dificuldade era adivinhar a longitude – quanto mais ir para Leste ou para Oeste, porque a única tecnologia que havia para fazer esse cálculo era medindo a velocidade do barco e do curso. Mas, essa velocidade era muito suscetível a correntezas e isso não permitia



um posicionamento preciso. Isso só foi possível em 1775, quando John Harrison inventou um cronômetro que permitia medir o tempo, apesar dos movimentos do navio. Esse relógio, finalmente, possibilitou a definição da longitude em alto-mar.

Dando um exemplo fácil de como isso funciona, seria o Sol nascendo, no Rio de Janeiro, às 05h59 e, em São Paulo, às 06h12, uma diferença de 13 minutos. Com esse relógio, teria sido possível viajar na véspera para São Paulo e comparar o momento do nascer do sol entre as duas cidades. Com o conhecimento da diferença de 13 minutos, teria sido possível calcular essa diferença entre os dois pontos, que é de 358 km. Por vezes, as inovações tecnológicas são muito importantes para o processo histórico, o que termina sendo esquecido.

Um parêntese: Cristóvão Colombo apareceu no convite desta palestra, porque ainda existe a suposição de que, na época dessas viagens, teria havido uma competição entre as duas visões, do mundo plano e do mundo redondo. Não há como confirmar isso quando verificamos os documentos históricos. O terraplanismo parece ser mais um fenômeno do século XXI do que do século XV. Todos os estudiosos concordavam, na época, que o mundo, de fato, era redondo, mas a querela, a divergência, foi sobre o tamanho do mundo e aí, sim, houve duas hipóteses em competição. Uma, de um mundo um pouco menor, defendido por Hiparco de Niceia, e depois assumida por Posidonius, matemáticos gregos do século II a.C., que diziam que a circunferência do mundo seria de 30 mil quilômetros em média, versão em que Cristóvão Colombo acreditava firmemente, e por isso tinha como *slogan* “o mundo é pouco”, porque ele realmente acreditava que seria muito fácil chegar na Ásia. A Junta dos Matemáticos, em Lisboa, ou seja, a interpretação portuguesa, foi outra, e se baseava nos cálculos de Erastóstenes de Cirene, também matemático, do século III a.C., que dizia que a Terra tinha, mais ou menos, os corretos 40 mil quilômetros. Os portugueses tinham uma certa vantagem em relação ao conhecimento geográfico, e foi por esse motivo que a Junta dos Matemáticos recusou o plano de Cristóvão Colombo de viajar em direção ao poente; dizia que não era possível levar água para abastecer uma viagem tão longa.

Essa questão Brasil, América, Novo Mundo tem ecos até hoje. Atualmente usamos esses conceitos de forma diferente e não chamaríamos mais o Brasil de América, embora nos séculos passados tenha sido a América portuguesa. Temos ainda um resquício da divisão ou do tratamento especial dado ao Brasil, que não é naturalmente parte da América Latina, ou pelo menos intuitivamente. Sabemos que faz parte do continente, mas há algum atrito aqui, e quero dar o seguinte exemplo: alguns anos atrás eu fui convidado pela Universidade Jadavpur, em Kolkata, na Índia, para dar aulas aos estudantes dos estudos latino-americanos, e as alunas desse curso criaram uma camiseta que mostra as Américas de cabeça para baixo, em uma perspectiva pós-colonial, que é bastante forte na Índia. Pintados de vermelho

estão os países que falam espanhol, o que excluiu o Brasil. Por outro lado, inclui uma parte dos Estados Unidos, o que nos coloca novamente alinhados com o discurso pós-colonial. Foi uma grande surpresa ver que, nessa universidade, na Índia, o Brasil também não fazia naturalmente parte da América Latina. Existem esses resquícios, esses ecos tardios que têm tudo a ver com as circunstâncias da descoberta.

2. O BRASIL É UMA ILHA. ISOLADO, NÃO FAZ PARTE DA AMÉRICA LATINA

Esta ideia é muito mais antiga do que o século XVI. Em toda a Antiguidade clássica, temos a presença de utopias e fantasias de ilhas paradisíacas localizadas no Atlântico. Temos em Hesíodo, no século VIII a.C., Heródoto, Aristóteles, Plínio, o Velho, temos em Platão. A tradição de imaginar ilhas no Atlântico é antiquíssima.

O Brasil foi, em primeiro momento, percebido como ilha também, ao contrário de Cristóvão Colombo que, quando chegou a Cuba, fez a tripulação jurar que não era uma ilha e sim continente, porque ele queria encontrar a Ásia. Então, ele obrigou a tripulação a acreditar que aquilo era a Ásia e não mais uma ilha. Mas, o problema dele foi só ter encontrado ilhas. No caso do Brasil, da viagem de Cabral, foi justamente o contrário. Mas, só Américo Vesúcio descobriu, dois anos mais tarde, que não se tratava de uma ilha, mas de um continente, e, dessa forma, o quarto continente começou a mudar completamente o paradigma da visão do mundo.

Há um estudo curioso sobre a etimologia do Brasil. Aprendemos na escola que o nome Brasil provém do pau-brasil. Uma explicação materialista, com o primeiro produto de exportação dando nome ao país. Entretanto, há vários estudos, e o mais famoso, do jornalista Geraldo Catarino, que publicou o livro *Uma Ilha Chamada Brasil*, um trabalho razoavelmente benfeito, com um vasto material que mostra que não só houve uma visão de ilhas paradisíacas no Atlântico, mas que algumas dessas ilhas, bem antes de 1500, foram batizadas de Brasil. Ele menciona, sobretudo, um livro do século VI, em plena Idade Média, em que o irlandês São Brandão menciona uma ilha no Atlântico com o nome Hy-Brasil. O livro é ficcional, porém, essa ilha aparece em muitos mapas e de vários tamanhos. Uma vez, em um mosteiro de beneditinos em Einsiedeln, na Suíça, eu vi um rascunho de um mapa (infelizmente não foi possível fotografar) que mostrava a Europa, a costa ocidental da África e, exatamente na posição onde era para ter o Brasil, havia uma grande ilha, mais ou menos do mesmo tamanho, onde estava escrito *Paradysum*. É um exemplo entre muitos. E trago isso porque talvez a etimologia do Brasil não possa ser explicada apenas pelo produto de exportação, mas talvez por muitos séculos, para os estudiosos europeus era algo familiar que em algum lugar do Atlântico existia uma ilha chamada Brasil. Desta forma, o nome Brasil precede sua própria descoberta.

O mapa de Jean Rotz, de 1542, que destaca claramente a separação do Brasil do continente americano.

No mapa de Luís Teixeira, de 1600, fica evidente a divisão do Brasil, no continente sul-americano, feita por dois rios (Prata e Solimões) e uma lagoa que seria a fonte dos rios. Essa lagoa seria a famosa Eupana, muitas vezes, associada ao Eldorado.

O Atlas de Mercator, de 1633, também mostra essa mítica lagoa Eupana que alimentaria os dois rios que separavam o Brasil do continente. Houve até uma tentativa de redescobrir essa ideia na própria topografia, houve várias tentativas de circunavegar o Brasil, sendo a última no final do século XVIII, em 1792, para tentar comprovar que o Brasil era de fato uma ilha. Claro que todas essas viagens fracassaram.

Outro detalhe curioso foi o fato de Joaquim Nabuco, já na República velha, em 1804 ou 1806, apresentar uma proposta ao Congresso para construir um canal artificial entre os rios Solimões e da Prata, por critérios econômicos, mas também, de certa forma simbólica, para corrigir a natureza e tornar de fato o Brasil uma ilha separada do continente sul-americano.

3. O PARAÍSO TERRESTRE

O terceiro tópico, paraíso terrestre, que já foi mencionado algumas vezes, está intrinsecamente relacionado à ideia da ilha por toda a tradição da Antiguidade clássica. O surpreendente é a forma como Albrecht Dürer representa o paraíso de 1504, ou seja, três anos depois da notificação da existência de uma nova terra, da Santa Cruz, no Atlântico Sul. No desenho, ele já inclui a imagem da arara, e, a partir desse momento, a arara quase que vira emblema do paraíso.

A tela Paraíso, de Jam Brueghel, o jovem, de 1620, além de mostrar a arara, um pássaro endemicamente brasileiro, mostra duas araras azuis.

Nesse momento, é construída uma forte ligação discursiva entre o Brasil e o paraíso. Uma boa parte das representações pictóricas, e também de textos sobre o paraíso nos séculos XVI e XVII, é brasileira. Tendemos a esquecer isso, porque interpretamos como imagens que falam do Novo Mundo. E é verdade, mas, na época, o Novo Mundo era o Brasil. Trata-se de “brasileira”, não das regiões andinas, por exemplo, que nada tinham de paradisíacas, com suas altas montanhas congeladas que não combinam com o paraíso. Mineração para encontrar ouro e prata não combina com paraíso. Civilizações e templos astecas e incas não combinam com paraíso, porque no paraíso as pessoas tinham de ser inocentes, e o paraíso é definido como natureza, como primavera.

Além de *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda escreveu um livro que ele próprio julgava ser o seu mais importante livro: *Visão do Paraíso*, com mais de 500 páginas, onde ele explica bem a diferença entre as duas visões do paraíso, no caso, o Brasil sendo o “Jardim do Éden”, e a América de língua espanhola sendo o “Eldorado”, com características bem diferentes.

O Brasil também tem seu lado obscuro, que seria o canibalismo, embora não totalmente incompatível com a ideia do paraíso, já que os habitantes do paraíso, os antípodas, eram caracterizados por nunca terem sido atingidos pela palavra de Deus e, portanto, não conheciam a religião nem os pecados mortais. Na página 46, Figura 6, é possível ver uma gravura em cobre com cena de canibalismo, ilustração do livro de Hans Staden, editado por Theodore de Bry, de 1562.

O quarto *topos* é o do Quinto Império, que vai se transformar no tópicos País do Futuro. Quem vai falar sobre o assunto é o Padre Antônio Vieira, em seu livro *História do Futuro, do Quinto Império, do mundo e as Esperanças de Portugal*, escrito em 1660, e que foi censurado. Ainda assim, as ideias começaram a circular amplamente. O livro foi censurado, porque, diferente de um eco do quinto império no romantismo português com Fernando Pessoa, Antônio Vieira não fala apenas de um futuro transcendental. Ele fala de questões políticas, sociais e econômicas. Não se trata apenas de um Império terrestre, temporal e, provavelmente, por isso, a censura.

Nessa descrição, Isaias coloca tantas características particulares e tantas diferenças individuais que está mostrando, claramente, que não fala da América ou do Mundo Novo, mas sim de alguma província particular. “[...] Digo *primeiramente que o texto de Isaias se entende por Brasil*” (Pe. Vieira, 1718 l:90, grifo nosso).

Eu destaquei a frase que talvez melhor explique, pois ele foi bem concreto com a ideia do Quinto Império. Nessa sequência de impérios, que primeiro começa com os assírios, depois os persas, os gregos, os romanos, o Quinto Império seria do Brasil, por português no Brasil – ele nunca fala de brasileiros. E esse Quinto Império seria o último, aquele que daria as boas-vindas ao Cristo-Rei de volta à Terra. Antônio Vieira fala do ponto de vista geopolítico, e não como algo transcendental, como Fernando Pessoa.

Um fato histórico curiosíssimo e muito significativo é que o Quinto Império se realizou realmente no Brasil. A mudança da Corte de Lisboa de Salvador para o Rio de Janeiro, por causa das invasões napoleônicas, é extraordinária em toda a história mundial, porque foi a primeira vez que um monarca europeu pisou no Novo Mundo. Antes de Dom João VI, só vinham vice-reis ou altos funcionários da Coroa, mas nunca um monarca em pessoa. E, também, a tão famosa inversão brasileira, a relação entre metrópole e satélite, ou pátria mãe e colônia, se inverte e é única no caso do Brasil. Temos a imagem tão famosa do Cândido Portinari, de 1952, com Dom João VI chegando em Salvador, no primeiro porto onde ele desembarcou.

Portinari percebeu isso e representou muito bem a magnitude desse evento.

Nos vários documentos que pesquisei, encontrei uma transcrição da missa celebrada em Salvador pelo capelão-mor Pereira da Silva, na qual ele diz:

América feliz tens em teu seio/ **Do novo Império** o fundador solene: / será esse Paiz das Santas virtudes / Quando o **resto do Mundo He todo crime.** / Do grande Affonso a Descendencia Augusta, / os Povos doutrinam do Mundo antigo: / Para a Gloria esmaltar do novo Mundo / **Manda o sexto Joao o Ceo amigo.**

A inversão brasileira, quase que organicamente, se transforma em um processo de independência. Novamente, uma citação, agora de José Bonifácio, de 1821:

E que país esse, senhores, para uma **nova civilização** e novo assento da ciência. Que terra para um grande e **vasto império!** Seu assento central quase no meio do globo; defronte à porta da África, que deve senhoriar, com a Ásia à direita, e com a Europa à esquerda, qual outra nação se lhe podem igualar? Riquíssima nos três reinos da natureza, com o andar dos tempos, **nenhum outro país poderá correr parelhas com a nova Lusitana.**

Com alguns historiadores, sempre temos algumas ressalvas para entender a independência brasileira da mesma forma como se entende a independência do Chile, por exemplo. O que houve foi a divisão de um império, como havia acontecido com Carlos Magno quando ele dividiu o reino entre seus três filhos. Foi a única independência legítima no Novo Mundo, e ainda ficou na família. Quando pensamos a independência, somos levados para uma pista errada, pela própria retórica de Pedro I, que imitava os movimentos independentistas dos vizinhos, é uma distorção do que aconteceu no Brasil.

A inversão brasileira – mudança de colônia para império – também é bem explicada no Manifesto do Porto. O principal problema para os que permaneceram em Portugal foi que, de fato, a pátria mãe tinha sido reduzida praticamente ao *status* de colônia como um efeito, quase inevitável, da mudança da Corte para o Rio de Janeiro.

A ideia do **status de colônia ao qual Portugal tem sido com efeito reduzido** aflige profundamente todos aqueles cidadãos que ainda conservam o sentimento de dignidade nacional. A justiça é administrada a partir do Brasil para os povos leais da Europa, o que implica uma distância de duzentas léguas e excessivo custo e demora (...). (Manifesto do Porto, 1820)

The only question is whether Brazil, independent of Portugal, shall be a monarchy or a republic. (...) the conservation of monarchy in one part of America is an object of vital importance to the Old World. (Chanceler britânico George Canning, em 1822)

Essa é a citação do chanceler britânico no momento da independência brasileira, quando diz, claramente, que a única questão é se o Brasil, independente de Portugal, será monarquia ou

república, porque a conservação de uma monarquia, em uma das Américas, é um objeto de vital importância para o Velho Mundo. Com alguns colegas, tendemos mais a forçar neste aspecto da independência brasileira para evitar a república, como foi no resto do continente.

Vou apontar aqui uma questão de suma importância, que é a coroação de Pedro I. Esse é um fato conhecido, mas só entre especialistas é sabido que não foi uma coroação qualquer. O rito pelo qual Pedro I foi coroado imperador e não rei do Brasil foi o mesmo rito do imperador do Sacro Império, Carlos Magno. Dessa forma, Pedro I entrou na tradição dos imperadores do Sacro Império Romano-Germânico, e isso foi possível porque o trono ficou vazio desde 1806, quando houve a invasão na Áustria por Napoleão, e foi destronado o último e legítimo imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Francisco I, que teve uma das suas filhas, Leopoldina, casada com Pedro I. É instigante tentar ao menos pensar em Dom Pedro I ligado aos imperadores romanos, porque foi assim que na época foi percebido.

No caso brasileiro, a coroa reporta-se diretamente à ideia de **império, filiando-se na tradição inaugurada por Carlos Magno**, em 25 de dezembro de 800, como **cabeça do Sacro Império**. Uma ideia quase mítica (...) e uma cerimônia – segundo o pontifical romano – destinada à sagração dos imperadores daquele que se nomeará como Sacro Império Romano-Germânico (CARDOSO, 2003:570).

Apresentei os principais elementos dessa macronarrativa, e esses elementos já estavam presentes na carta que Pero Vaz de Caminha mandou de volta para o Rei Manoel. Aqui vocês têm mais elementos em relação a intertextualidades desses séculos. Parei no segundo reinado, mas é importante manter também presente que essa narrativa foi muito enfraquecida quando o Brasil se tornou república, mas sobreviveu. A ideia do império como uma exceção positiva, como diz Janotti, um especialista no assunto, no imaginário brasileiro, tem mais continuidade desse segundo reinado para a primeira república do que uma ruptura. Parece ter sido uma ruptura no início, pelos assim chamados jacobinos, mas passados uns seis, sete anos, volta a fortalecer a macronarrativa brasileira.

“A ideia do Império, como uma exceção positiva no concerto das nações da América Latina, permanecia inalterada, atravessando a ruptura republicana” (JANOTTI, 1986: 213).

Independente de qual governo, essa narrativa sempre reaparece. Reaparece no Estado Novo, reaparece nos governos civis e militares, e aqui trago uma citação do General Vicente de Paulo Dale Coutinho, quando ele assume como Ministro do Exército. Em sua fala, ele se refere à cruz tosca do quadro da Primeira Missa, de Henrique Meirelles. Isso mostra que, no auge da guerra

fria, o Brasil continua como algo especial, porque já tomou um caminho diferente, um terceiro caminho.

Assumo este cargo consciente de que o mundo está dividido em dois hemisférios ideológicos antagônicos e conflitantes – o comunista e o democrático – e que o *povo brasileiro já fez sua ação secular nos primórdios da nacionalidade nascida à sombra da cruz tosca alçada na terra virgem, lá pelos idos de 1500* (Gal. Vicente de Paulo Dale Coutinho, 1974).

Dessa forma, quando eu falei do Quinto Império, que depois se transforma na ideia do Brasil como país do futuro, quase uma maldição, uma praga, o Brasil sempre obrigado a se tornar um país do futuro. Quando Stefan Zweig publica o livro que se tornou tão famoso em 1941, *Brasil, um País do Futuro*, na verdade, é apenas um eco bem tardio de uma longa tradição, inclusive, o próprio Stefan Zweig não inventou essa ideia, mas se baseou nos outros autores alemães que explicaram exatamente a mesma ideia, do Brasil como país do futuro, um de 1924, e o outro de 1911. E os três bebem na fonte do Afonso Celso e de seu livro *Porque me Ufano do meus País*.

O que falta em toda essa macronarrativa são as pessoas, são questões de cidadania, direitos civis, direitos minoritários. São os próprios brasileiros em tudo isso, e isso não é uma coincidência.



O TENENTISMO

Frederico José Bergamo de Andrade

Cel Art Ex

olgaefred@hotmail.com



Como militar do exército reformado, o episódio histórico do tenentismo sempre me despertou um especial fascínio. Sob a forma de um artigo, são estas as minhas reflexões a respeito, as quais, por não serem concebidas por um especialista no assunto, são suscetíveis de se tornarem alvo de possíveis discordâncias e contestações.

Para alguns, um movimento subversivo, um atentado contra a disciplina e a hierarquia militar. Tendenciosamente reformista, antifederalista e intervencionista, visaria o soerguimento de uma sociedade brasileira mais justa e igualitária, cabendo ao Estado promover para tanto, entre outras medidas, uma educação pública de qualidade, a iniciar-se por um ensino primário para todos, obrigatório; pugnaria também incessantemente pela moralização da política com ênfase no combate à corrupção na esfera governamental; opondo-se ao latifúndio e às oligarquias regionais manipuladoras do voto do cabresto, propunha o voto secreto; denunciava as miseráveis condições de vida e a exploração dos setores mais pobres da população brasileira; defendia ainda profundas reformas nas instituições militares.

Julgo antes oportuno considerar o que teria contribuído para o forte protagonismo exercido pelos tenentes na vida política do Brasil nas décadas de 20 e 30 do século passado, que se deu, no meu entender, por um *processo de empoderamento cultural* iniciado no alvorecer da República, na Escola Militar da Praia Vermelha, a partir das ideias positivistas que ali prosperaram. Doutores ou bacharéis, como gostariam de ser considerados, os formandos daquela Escola julgavam-se mais preparados intelectualmente do que seus superiores hierárquicos, processo que prosseguiu e que se acentuou com os *jovens turcos*, assim denominados os capitães e tenentes levados a cumprir missão militar na Alemanha segundo padrões europeus, os quais, ao retornarem para o Brasil fundaram, em 1913, *A Defesa Nacional*, revista castrense de tendência reformista que se propunha a abordar temas de significativa importância para o Exército e para o Brasil. Revigorou-se, posteriormente, com a liderança política e militar do Marechal Hermes. Recebeu a contribuição da Missão Militar Francesa instalada no Brasil após a 1ª GM que, por si só, veio a dar ensejo a reformas estruturais no campo militar. Esse mesmo processo parecia ter atingido o seu ápice nas turmas de 1918 e 1919 da Escola Militar. Segundo o tenente Delson Mendes da Fonseca, “onde [tinha] gente dessas turmas, [tinha] gente revolucionária”. Como exemplos, eram dessas turmas Siqueira Campos, Juarez Távora, Eduardo Gomes, Luis Carlos Prestes e Cordeiro Farias.

Busquei respaldar o meu pensamento acima exposto em outros autores. Frank D. McCann, em seu livro *Soldados da Pátria*, também considera que as *mudanças filosóficas e práticas* ocorridas na educação dos oficiais durante os primeiros 20 anos do século passado teria sido um fator que muito contribuiu para que se dispusessem a desrespeitar a hierarquia e a se rebelarem contra a ordem vigente.

Não pretendo, contudo, por meio deste artigo, explorar a face simbólica, heroica ou operacional do tenentismo, iniciado em 5 de julho de 1922 pela Revolta dos 18 do Forte Copacabana, passando por um segundo 5 de julho paulista em 1924, pela Coluna Miguel Costa-Prestes, e que veio a culminar com a Revolução de 1930 e a conseqüente ditadura Vargas. Firmo-me no seu possível ideário. Priorizo, para tanto, o episódio da Coluna por considerá-lo o âmago e o apogeu do movimento tenentista.

A Coluna teve como chefe do seu Estado-Maior Luis Carlos Prestes, então nome de invulgar prestígio no Exército, em parte, pelo seu extraordinário desempenho escolar quando cadete. Era constituída por um grupo de jovens e renomados oficiais e por um expressivo contingente de praças, possuindo ainda civis em suas fileiras; o seu comandante, Miguel Costa, era um experiente oficial da Força Pública de São Paulo.

Talvez por Prestes ter-se convertido posteriormente ao comunismo, o tenentismo costuma, até hoje, ser celebrado por autores de tendência marxista.

Veremos adiante, porém, que a Coluna Miguel Costa-Prestes jamais se deixou macular por doutrinas anticristãs, exóticas ou materialistas, e que o Prestes da Coluna não é aquele que veio a se transformar ideologicamente *a posteriori*.

Pergunto, então: até quando tenentes de reconhecida e elevada envergadura moral e profissional, como eram considerados Juarez Távora, João Alberto, Cordeiro de Farias, Djalma Dutra e Siqueira Campos, submeteram-se à liderança de Prestes e compartilharam com ele do seu pensamento político? É o que sumariamente procurarei expor.

Para tanto, inicialmente, julgo de capital importância transcrever parte da proclamação lançada por Prestes à população de Santo Ângelo, RS, após assumir de forma ardilosa, em 24 de outubro de 1924, o comando do Batalhão Ferroviário, sediado naquela cidade, aliando-se às forças contrárias ao governo federal:

Todo o Brasil, de norte a sul, ardentemente deseja, no íntimo de sua consciência, a vitória dos revolucionários porque eles lutam por amor à sua pátria; *porque eles querem que o voto do povo seja secreto, que a vontade do povo seja uma verdade respeitada nas urnas; porque eles querem que sejam confiscadas as grandes fortunas feitas por membros do governo às custas dos dinheiros do Brasil*; que os governos tratem menos de politicagem e cuidem mais do povo laborioso que, numa mescla sublime de brasileiros e estrangeiros irmanados pelo mesmo ideal, vive trabalhando honestamente pela grandeza do Brasil.

E garantia: “De acordo com o plano geral, as tropas de Santo Ângelo pouco demoram, mas durante este tempo, *a ordem, o respeito à propriedade e à família serão mantidas rigorosamente*”.

O compromisso de respeito à propriedade privada é considerado a pedra angular do sistema capitalista, o que torna tal pro-

nunciamento absolutamente incompatível com qualquer doutrina de viés radicalmente coletivista ou socializante. Feito na antevéspera da formação da Coluna, ocorrida em Foz do Iguaçu, PR, *possivelmente tornou-se um farol a iluminar ideologicamente os seus acidentados caminhos*, durante mais de 24.000 km, pelo coração do sertão brasileiro. Em outros pronunciamentos feitos durante a marcha, *os revolucionários falam no cristianismo e em Deus que os estaria ajudando, ou seja, não havia neles qualquer sinal de agnosticismo, muito menos de marxismo*. Isso até que se dissolvesse a Coluna, após se internar em território boliviano, em 3 de fevereiro de 1927.

Foi quando, já no exílio, Prestes se deixou atrair pelo marxismo – leninismo para alguns –, inicialmente influenciado pela visita que lhe fez Astrojildo Pereira, então secretário-geral do PCB.

Já próximo à eclosão da Revolução de 30, Prestes redige, em Buenos Aires, um manifesto de adesão ao comunismo, preocupando-se em antes dar conhecimento dele por cartas a vários de seus ex-companheiros.

Preocupando-se com o efeito desestabilizador que a divulgação de tal documento poderia ter sobre a conspiração em curso, apoiada pelos tenentes, que viria a resultar na Revolução de 30, e a fim de dissuadir Prestes de abraçar por inteiro a causa do comunismo, Siqueira Campos e João Alberto viajam ao seu encontro. Para Alzira, filha de Getúlio Vargas, Siqueira Campos era o único dos tenentes com ascendência sobre Prestes, capaz de demovê-lo de aderir ao comunismo. Não foram, entretanto, bem-sucedidos. Malgrado encontro que terminou de uma forma funesta: ao retornarem ao Brasil, em acidente aéreo sobre o rio da Prata, morre Siqueira Campos, tenente líder inconteste da “Revolta dos 18 do Forte”, chefe de um dos quatro destacamentos da Coluna, uma das figuras mais emblemáticas do tenentismo.

Juarez Távora, que fora subchefe do Estado Maior da Coluna, católico fervoroso, falando em nome dos tenentes, refuta categoricamente os termos do manifesto de Prestes. Faz parte do seu texto: “Mas não será invertendo a ordem existente, pela anulação sistemática da burguesia, da ascendência universal incontestável pelo proletariado, que se chegará ao almejado equilíbrio social”. E prossegue: “*o fortalecimento da liberdade civil por uma forma criteriosa de justiça; o estabelecimento da independência econômica das massas pela difusão da pequena propriedade* (...) eis os pontos básicos por que se devem bater, vencidos ou vencedores, os revolucionários brasileiros”. E, à guisa de conclusão: “Não julgo viáveis os meios que pretenda lançar mão, nem aceito a solução social e política que preconiza”.

A expressiva maioria dos tenentes não se deixou impressionar pelo novo e radical discurso de Prestes. A defecção de uma liderança como a de Prestes redundaria, entretanto, no fortalecimento de uma corrente de esquerda revolucionária no movimento tenentista, cuja atuação sofreria um duro revés na intentona comunista, em 1935.

A liderança dessa fracassada intentona, no seu principal reducto no Rio de Janeiro, no quartel do 3º Regimento de Infantaria, coube a Agildo Barata Ribeiro. O então tenente Agildo havia se destacado por sua atuação no Nordeste em favor da Revolução de 30 – é que mesmo depois da Revolução de 30, o protagonismo político dos tenentes prossegue. O governo de Getúlio Vargas os convoca para serem interventores federais em muitos dos estados da União. A mais controversa dessas escolhas teria sido a de indicar, para o governo do estado de São Paulo, um pernambucano, o tenente João Alberto Lins de Barros, o que teria contribuído posteriormente para a eclosão da Revolução Constitucionalista, em 9 de julho de 1932.

Embora o tenentismo praticamente se dissolvesse como grupo organizado, ao término da década de 1930, alguns dos tenentes continuaram, ao longo dos tempos, a marcarem presença na vida política e militar do Brasil. Como exemplos, entre outros, destaco:

- O Brigadeiro Eduardo Gomes, um dos sobreviventes do épico episódio da “Revolta dos 18 do Forte Copacabana”, também partícipe do segundo 5 de julho paulista, bem como da resistência à intentona comunista de 1935, na qual teve heroica e decisiva atuação; concorreu por duas vezes à Presidência da República, em 1945 e 1950, sendo em ambas as eleições o segundo candidato mais bem votado; foi ainda nomeado ministro para três diferentes governos; é o patrono da Força Aérea Brasileira.
- Cordeiro de Farias, que, após se tornar interventor federal no Rio Grande do Sul, em 1938, veio a comandar a Artilharia Divisionária da Força Expedicionária Brasileira, nos campos da Itália, na 2ª GM; posteriormente, em 1954, foi democraticamente eleito governador de Pernambuco.
- Juarez Távora, que, na eleição presidencial de 1955, teve uma expressiva votação, tendo tido apenas menos de 5% dos votos do candidato eleito, Juscelino Kubitschek; posteriormente foi eleito deputado federal pelo Estado da Guanabara.

O espírito tenentista esteve presente no regime político implantado em 1964. Juarez Távora, Eduardo Gomes e Cordeiro de Farias ocuparam nele elevadas funções governamentais.

À luz de uma visão doutrinária contemporânea, penso que o tenentismo poderia ser classificado como um movimento em busca de uma terceira via, do que hoje se costuma denominar como social-democracia, ou seja, uma ideologia política que apoia intervenções econômicas e sociais do Estado para promover a justiça social dentro de um sistema capitalista.

O espírito tenentista subsiste e permanentemente revigora-se, iluminado que é pelo pensamento de Antônio de Siqueira Campos, o qual se projeta como um autêntico legado moral para novos tenentes: “À pátria tudo se deve dar, nada se deve pedir, nem mesmo compreensão”.

POLITIZAÇÃO, MORALIDADE E PROFISSIONALISMO DOS MILITARES

Flavio Catoira Kauffmann

Ten Cel Av

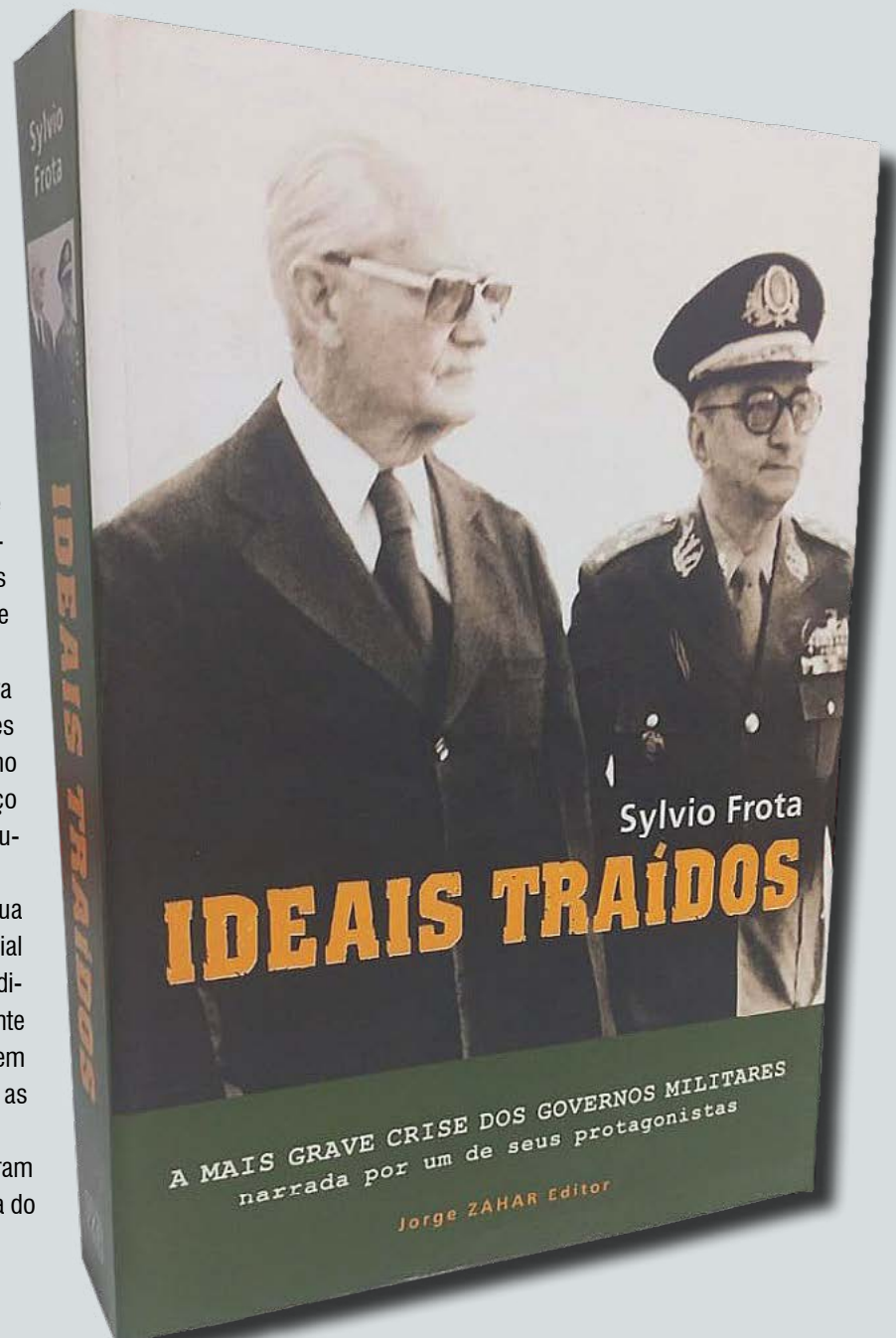
kaureserva@gmail.com

Tendo recebido um exemplar do livro *Ideais Traídos*, escrito pelo General Sylvio Frota, ex-ministro do Exército Brasileiro, no governo do Presidente Ernesto Geisel, que, cumprindo a última etapa da Revolução de 31 de março de 1964, iniciou o processo de abertura e retorno à normalidade democrática, passei a refletir sobre alguns conceitos emitidos pelo autor e a sua aplicabilidade no quadro atual.

Sylvio Frota foi considerado um militar linha dura que, em meio a um quadro de dissolução dos valores revolucionários, pregava o fechamento do regime, no intuito, segundo ele mesmo, de impedir que o avanço comunista pudesse se aproveitar de uma lacuna doutrinária existente.

Principalmente pela ameaça representada por sua posição natural como candidato à sucessão presidencial (ambição nunca pleiteada), contrariando intenção diversa do regime, que já havia escolhido politicamente o próximo governante, terminou por ser exonerado, em outubro de 1977, em um desgastante processo para as Forças Armadas.

Suas decência e responsabilidade não lhe permitiram publicar seu livro em vida. Seu filho, oficial da Marinha do Brasil, o fez postumamente.



Em que pesem os aspectos pessoais e épicos, relativos àquela única quadra da vida nacional, seus conceitos sobre o pensamento militar e sobre a complexa convivência do sabre com a política ainda me parecem importantes e merecedores desta reflexão.

Ressalto que os tópicos abaixo, que não estejam entre aspas, ilustram minha própria opinião, apoiada, e por vezes amalgamada, em alguns de seus importantes conceitos.

Quer queiram ou não, pragmaticamente falando, os governos necessitam sempre contar com o apoio das Forças Armadas, pois, seja em um período de estabilidade ou em meio a um processo revolucionário, elas serão sempre o fiel da balança. Executoras da ação final, que coroa e destrona!

Para o General Frota:

Não há revolução sem uma ideia que lhe ilumine os promissores caminhos, sem persuasão que fortaleça as convicções dos fracos e conquiste os incrédulos, e, finalmente, sem uma força que arrase as adversas e persistentes resistências que se obstinam em impedir a materialização da ideia.

Vivemos, hoje, o dia seguinte de um processo eleitoral que mostra as Forças Armadas Brasileiras filosoficamente divididas e chegando a um ponto histórico de inflexão.

Como primeira questão:

Deveríamos ou devemos (futuramente, caso a decisão eventualmente retorne à nossa órbita), como já o fizemos no passado, influir no desenlace político, notadamente, quando os grandes valores nacionais estiverem sob a ameaça, por parte de um ou outro grupo minoritário de pressão?

Para que pudéssemos exercitar esse julgamento, seria necessário um nível mínimo de politização e, principalmente, o acompanhamento dos grandes temas nacionais a que, como cidadãos (antes de militares), estamos todos sujeitos.

No entanto, muitos de nós, militares, sobretudo, por força da massificação da mídia, temos sido levados a acreditar (sem questionar) na absoluta incompatibilidade da política com a carreira militar.

A esses, apresento, em suporte a meu ponto de vista, a lógica de que a atuação das Forças Armadas, seja qual for, não pode ser separada do sistema social em que se pratica.

Essa atuação deve estar orientada, filosoficamente e por força da Lei Magna, à garantia da segurança, da defesa e, em última análise, da sobrevivência desse sistema, que é a sociedade brasileira.

São as Forças Armadas a espinha dorsal que dá suporte e estrutura à ideologia professada pela maioria da sociedade, sua senhora. E, como tal, devem ser o espelho das aspirações de nosso povo.

Assim foi em Guararapes, assim deve ser hoje...

A segregação política do militar, tese socialista, comprada docilmente por boa parte dos níveis de comando atuais, atende apenas ao interesse de uma minoria de políticos e favorece a

imposição de ideologias exógenas, historicamente rechaçadas pela sociedade.

Trata-se, em si, de concepção ilógica e discriminatória que, para vingar efetivamente, pressupõe o encasulamento do militar no quartel, sua completa alienação da vida pública e a privação de todo e qualquer contato político (também social, considerando a própria definição de pólis). E, até mesmo, o impedimento do acesso às informações sobre a conjuntura nacional, buscando transformar esse militar em um autômato.

“Se a política, em sua sadia compreensão, é o estudo da organização social ideal”, diz o general, “não se pode negar ao cidadão o direito de acompanhá-la, censurá-la ou aplaudi-la. Este um direito que se estende ao militar – também integrante da sociedade – para que ele possa bem discernir, de conformidade com a sua consciência, as decisões a tomar.”

Não podendo concordar menos, penso que missão constitucional de defesa da Pátria – e, por consequência, do regime político escolhido pela maioria – constitui um compromisso do militar com a sociedade. E o cumprimento dessa missão pressupõe um bom nível de informação e capacidade de discernimento, a favor da legitimidade e da ética, qualidades que só vêm com o acompanhamento dos grandes temas nacionais e a participação política.

Como segunda questão:

Bastaria a legalidade, politicamente compreendida como tal, para que, entendendo como legítimo, apresentemos passivamente nossas armas, em respeito a um governo de moral duvidosa?

Nesse ponto seria necessário recorrer às definições de “legal”, “legítimo” e “moral”, para que pudéssemos, a partir daí, formular o problema.

Embora considerados por muitos como sinônimos e sendo até originários do mesmo radical, os dois primeiros vocábulos têm sentidos sutilmente diversos.

Enquanto legal significa “aquilo que está previsto em lei”, legítimo representa “o que emana da vontade popular, baseando-se no direito, na razão e na justiça”.

O que é legítimo, portanto, sobrepõe-se ao legal, criando a possibilidade de que um ato, que atenda à segunda adjetivação, não tenha necessariamente atendido à primeira.

Para Sylvio Frota:

Há, em certas circunstâncias, atos considerados legais que não podem ser assim admitidos, se julgados sob determinados ângulos e acepções. Outros existem que, sendo legais, não são legítimos, e ainda os há legítimos sem serem legais. Numa escala de valores morais superponho a legitimidade à legalidade.

Já a moralidade é por definição “o conjunto de valores, individuais ou coletivos, considerados universalmente como norteadores das relações sociais e da conduta dos homens”, ou seja, a

moralidade está umbilicalmente ligada ao conjunto direito, razão e justiça, parâmetros definidos pela sociedade.

Desse modo, penso que o respeito das Forças Armadas a um governo ilegítimo ou de moral duvidosa, além de afrontar o código de conduta do militar, cria o mesmo impasse de cumprimento a uma ordem moralmente condenável.

Mas, ainda assim, há, em sentido inverso, o inquestionável amparo antagônico do regulamento hierárquico, que a tal, prioritariamente, obriga.

O momento de ruptura para o soldado será, certamente, o limite da honra, que entre nós supera qualquer outro. Além daí, o fio da espada!

Ainda assim, nesse momento, aquilo que Samuel Huntington define como “o mais difícil para o soldado”, o marco político a ser considerado talvez deva ser, mais uma vez, a tolerância do regime exigido, a ser delimitada pela maioria da sociedade, por meio de seus representantes legais no Congresso Nacional. Além daí, à guilhotina!

A terceira, e última, questão, concerne à missão das Forças Armadas:

É, ainda, corrente em nosso meio a crença de que a atividade profissional das Forças Armadas deva ser restrita à defesa tecnológica do país contra inimigos externos, mesmo quando nossa Constituição seja explícita ao incluir a “garantia da lei e da ordem” entre nossas atribuições?

Os teóricos de esquerda chamam isso de “profissionalização”, em uma deturpação do termo, da mesma forma que, em seu dicionário, “democracia” significa a pura e simples implantação do comunismo.

Na medida em que essa “profissionalização” é utilizada para entreter os militares, lançando-lhes aos olhos uma cortina de fumaça, que limita sua percepção e os torna alienados aos problemas nacionais mais sérios, como o cerceamento das liberdades, a corrupção política e o crime organizado, passa a servir como elemento catalisador no processo de divórcio entre aqueles e a sociedade, que os avaliza.

Ao ocorrer esse divórcio – essa defasagem ideológica – entre militar e sociedade, deixa o primeiro, inconscientemente ou não, de atuar em favor de sua mandatária, passando a agir, ao interesse de uma minoria, como mecanismo de servidão. E, nesse quadro, a profissionalização funciona apenas como uma justificativa hipócrita para o absenteísmo no processo político.

Entre os diversos males desse descompromisso, penso que um dos piores é a tendência ao etnocentrismo, passando a entenderem-se, as Forças Armadas, como fim em si mesmas, e não como devem ser, ferramentas de defesa da Pátria e garantia do pacto social.

Além disso, a isenção política do militar – e aqui é necessário ressaltar a diferença entre a política nacional e aquela de natureza partidária – torna-o, conseqüentemente, isento de uma valoração contingente a respeito do bem e do mal – respeitando-se cada

época e cada cultura – e isso culmina com a flexibilização daqueles valores morais cardeais, bem expressos nos códigos de conduta de nossas corporações.

A partir do momento em que esse sentimento imperativo de alienação se espalha pelas instituições, alcançando a tropa, passa a funcionar como um novo credo de conduta, com a extinção do idealismo – força motriz da alma militar – e o estímulo aos oficiais mais novos a uma indigna troca do sacerdócio profissional pela adoção de teses materialistas repelidas pela sociedade.

O passo final nessa senda é a abjeta prática do utilitarismo moral, como forma mais fácil de galgar os *rankings*, rumo aos níveis de comando, em uma caminhada irrefreável e em passo acelerado ao apequenamento das Forças Armadas, como bem se viu na Venezuela.

“Julgo que o pensamento militar”, diz o General Frota, “desde a época em que pisei na saudosa Escola Militar do Realengo, vem descambando do idealismo para o pragmatismo, na confusão progressiva de princípios morais com interesses materiais. Isto forçá-lo-á a trocar, em breve tempo, aqueles por estes. A partir desse momento aceitará o mercenarismo moral que já ronda os muros de seus quartéis”.

Vejam que, embora em tempos diferentes, os princípios basilares devem permanecer os mesmos hoje, apoiados no culto aos exemplos do passado, sem o que se perde nossa própria identidade como instituição, em um processo que só favorece nossa própria destruição.

Como corolário, ao virar deliberadamente as costas a um inimigo real e prioritário, que age historicamente para cercear a liberdade da sociedade, o militar perde, por puro comodismo, o respeito da sociedade e, mesmo, a justificativa para a manutenção das benesses e regimes especiais a que faz jus, como a estabilidade de emprego, o salário estável e o sistema de bem-estar social específico, que essa, vilipendiada, lhe outorga, acreditando-se por ele defendida, prática ou ideologicamente, de qualquer tipo de ameaça, seja externa ou interna.

Ao final, termina por ser, paradoxalmente, esse militar, ele mesmo, alcançado pelo novo regime, a que, ingenuamente, sob antolhos e a partir da força de suas armas, assegura inconstante viabilidade.

Para encerrar reflexão, deixo-lhes, como último parágrafo, o pensamento do General Sylvio Frota sobre a importância do tempo:

No caminhar do tempo a fase de decisões é o presente, sendo o passado um celeiro de experiências e o futuro a imensidade desconhecida, erizado de incógnitas. Mas o presente define-se, ainda, como o futuro do passado ao tempo em que é o passado do futuro. É, portanto, sobre o presente que os homens de uma época, em plena maturidade, devem dissecar os erros outrora cometidos para que possam orientar, conscientemente, a mocidade na obtenção de vindouros êxitos.



O Fracasso dos Jovens Ricos e Coletivistas

Emanuel Steffen

Consultor Financeiro
redacao@news.com.br

Esta é a consequência de se viver na abundância. Há um fenômeno ocorrendo em comum nos países mais ricos e prósperos do mundo: os jovens afirmam ter sentimentos positivos em relação ao socialismo. Em uma pesquisa de 2017, 51% dos *millennials* se identificavam como socialistas, com adicionais 7% dizendo que o comunismo era seu sistema favorito. Apenas 42% preferiam o capitalismo. Em alguns casos,

a defesa do socialismo ocorre abertamente, como nos EUA, onde os jovens que apoiam o Partido Democrata – principalmente Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez – abertamente se autorrotulam como socialistas. Em outros, a defesa é menos explícita, como nos recentes protestos do Chile. Em comum, vemos jovens de países prósperos, que vivem em meio a uma abundância nunca antes alcançada na história do mundo, exigindo mais poder estatal, mais intervenções e estatizações, e menos liberdade de mercado – o mesmo mercado que lhes forneceu toda esta abundância.

O que explica essa contradição?

É tentador dizer que todo o problema se resume a uma completa ignorância tanto sobre economia básica quanto sobre história. De um lado, tais pessoas não entendem como funciona uma economia de mercado (embora vivam em uma); de outro, aparentam desconhecer por completo o histórico do socialismo. De concreto, há uma total falta de apreço por quão rapidamente suas condições materiais melhoraram.

A ARMADILHA NUTRICIONAL

Em um passado não tão distante, as pessoas não “trabalhavam duro”, no sentido de longas e cansativas horas de trabalho. De certa forma, elas trabalhavam menos do que nós atualmente. E era assim não pelos motivos que os socialistas de hoje imaginam. Não havia aquele cenário cor-de-rosa de “camponeses felizes trabalhando poucas horas por dia nos campos, e então passando o resto do dia no ócio e no lazer”. Todos eles eram raquíticos, muito mal alimentados e simplesmente não tinham energia para trabalhar duro. Longe de levarem uma vida idílica, ver seus filhos sofrerem de desnutrição e estar fraco demais para ajudá-los, deve ter sido uma experiência tenebrosa.

Em seu livro *A Grande Saída*, o vencedor do Nobel Angus Deaton explica a “armadilha nutricional” que a população da Grã-Bretanha vivenciou, a população da Grã-Bretanha, no século XVIII e início do século XIX, consumia menos calorias do que o necessário para as crianças crescerem ao seu máximo potencial e para os adultos manterem seus organismos em níveis saudáveis de funcionamento, o que lhes impedia de efetuarem trabalho manual produtivo e remunerativo. As pessoas eram muito magras e muito pequenas, talvez tão pequenas quanto nos períodos de tempo anteriores. Deaton explica como a escassez de nutrição afetou o organismo da população.

Os trabalhadores dos séculos anteriores não eram robustos; um físico atrofiado era o que oferecia a melhor esperança de sobrevivência: ao longo da história, as pessoas se adaptaram a uma escassez de calorias da seguinte maneira: elas não cresciam e não ficavam altas. A atrofia corporal não apenas é uma consequência de não ter muito o que comer, especialmente na infância, como também corpos menores requerem menos calorias para seu sustento básico, e eles possibilitam trabalhar com menos comida do que seria necessário para uma pessoa mais fisicamente avantajada.

Um trabalhador de 1,85m e com 90kg teria as mesmas chances de sobreviver no século XVIII quanto um homem na lua sem

uma roupa espacial. Na média, simplesmente não havia comida o bastante para alimentar uma população de indivíduos com as dimensões físicas de hoje. O britânico médio do século XVIII ingeria menos calorias do que o indivíduo médio que vive hoje na África subsaariana. Como eles não tinham o que comer, estes pobres britânicos trabalhavam pouco.

Deaton prossegue:

Os pequenos trabalhadores do século XVIII estavam efetivamente aprisionados em uma armadilha nutricional: eles não tinham como ser bem remunerados porque eram fisicamente fracos, e não tinham como comer porque, sem trabalhar e produzir, não tinham o dinheiro para comprar comida. Johan Norberg, em seu livro *Progresso*, relata as descobertas do historiador econômico e vencedor do Nobel Robert Fogel: duzentos anos atrás, aproximadamente 20% dos habitantes da Inglaterra e da França simplesmente não conseguiam trabalhar. Na melhor das situações, eles tinham energia suficiente para apenas algumas horas de caminhada lenta por dia, o que condenava a maioria deles a uma vida de mendicância.

E, então, tudo começou a mudar. Deaton explica:

Com o início da revolução agrícola, a armadilha começou a se desintegrar. A renda per capita começou a crescer e, talvez pela primeira vez na história, passou a existir a possibilidade de uma melhora contínua na nutrição. Uma melhor nutrição permitiu às pessoas crescerem mais fortes e mais altas, o que, por sua vez, possibilitou aumentos na produtividade, criando uma sinergia positiva entre aumentos na renda e melhorias na saúde, com um se apoiando no outro. A partir do momento em que o capitalismo realmente se consolidou, as condições de vida não apenas melhoraram sensivelmente, como todo o progresso ocorreu de maneira acelerada. E isso, paradoxalmente, começou a gerar as sementes de sua própria destruição.

A IGNORÂNCIA DA HISTÓRIA

Ao fim de minha carreira de professor, estudantes universitários totalmente ignorantes sobre história já eram um fenômeno extremamente comum. Eles desconheciam totalmente a pobreza abjeta na qual viveu a vasta maioria da humanidade durante milênios. Eles simplesmente não acreditavam que o passado pudesse ter sido tão brutal, como foi vividamente descrito por Matt Ridley em seu livro *O Otimista Racional*.

Pior ainda, quando expostos a evidências concretas, alguns estudantes se recusam a questionar suas posições. Sobre isso, quem melhor explicou o fenômeno foi a sempre interessante crítica cultural Camille Paglia. Em uma entrevista ao *The Wall Street Journal*, ela afirmou que a atual juventude dos países mais ricos enxerga suas atuais liberdades de escolha (inéditas na história da humanidade) e a atual riqueza de bens de consumo à disposição (algo também inédito na história da humanidade) como um fato consumado, como algo que sempre foi assim e que jamais irá mudar. Consequentemente,

mente, eles estão desesperadamente necessitados de um contexto mais rico e profundo para a própria era que eles estão denunciando.

Diz ela:

Tudo é muito fácil hoje em dia. Todos os supermercados, lojas e shoppings estão sempre plenamente abastecidos. Você pode simplesmente ir a qualquer lugar e comprar frutas e vegetais oriundos de qualquer lugar do mundo. Jovens e universitários, que nunca estudaram nem economia e nem história, acreditam que a vida sempre foi fácil assim. Como eles nunca foram expostos à realidade da história, eles não têm ideia de que essa atual realidade de fartura é uma conquista muito recente, a qual foi possibilitada por um sistema econômico muito específico.

Foi o capitalismo quem produziu esta abundância ao redor de nós. Porém, os jovens parecem acreditar que o ideal é ter o governo gerenciando e ofertando tudo, e que as empresas privadas que estão fornecendo essas coisas em busca de lucro, fornecendo produtos e serviços para eles, irão de alguma forma existir para sempre, não importam as políticas adotadas. Em outras palavras, indivíduos ignorantes sobre história e economia acreditam que a abundância atual sempre existiu e sempre foi assim. Daí é compreensível que eles se sintam atraídos pela ideia de um socialismo idílico: eles genuinamente acreditam que, sob o socialismo, toda esta abundância será mantida, mas agora simplesmente será gratuita para todos. Haverá MacBooks, *smartphones*, roupas de grife, comida farta e serviços de saúde amplamente disponíveis a todos, e gratuitamente. Como resistir?

Acreditando que poderão seguir usufruindo toda essa fartura, eles sonham que irão conseguir ainda mais coisas, caso haja um governo redistribuindo para eles a riqueza confiscada de terceiros. Paglia argumenta que a atual geração se esqueceu até mesmo do passado mais recente. Nossos pais foram da geração da Segunda Guerra Mundial. Eles tinham uma noção da realidade da vida. Já a juventude de hoje foi criada em um período muito mais afluente. Mesmo as pessoas pobres de hoje têm telefones celulares, televisores, meios de transporte e amplo acesso a alimentos diversificados. Similarmente, Schumpeter também se preocupava com a hipótese de que as pessoas vivendo sob a opulência passariam a ver sua situação como um fato consumado e assim preparariam o terreno para sua própria destruição. Em seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, ele prognosticou que as sociedades capitalistas seriam destruídas pelo seu próprio sucesso. Para Schumpeter, o capitalismo “inevitavelmente” se transforma em socialismo.

Seu argumento, de maneira resumida, é o seguinte: uma economia de mercado, com indivíduos fortemente empreendedores, gera um grande crescimento econômico e aumenta acentuadamente o padrão de vida das pessoas. Ironicamente, no entanto, a sociedade se torna tão próspera e tão inovadora, que passa a ignorar a fonte de toda a sua riqueza, dando-a como natural, corriqueira e automática. Pior ainda: torna-se abertamente hostil

a ela. O empreendedorismo e o mercado enriquecem tanto a sociedade, que as pessoas se esquecem do quão necessária e do quão frágil a economia de mercado realmente é. Elas até mesmo começam a acreditar que os mercados – e a ordem social e cultural que mantém os mercados funcionando – são inferiores à burocracia estatal e ao planejamento centralizado. Com o tempo, a sociedade acaba abraçando ideias socialistas.

Nas palavras de Schumpeter:

Os padrões crescentes de vida e, sobretudo, o lazer que o capitalismo moderno põe à disposição das pessoas que têm emprego e renda... bem, não há necessidade de terminar esta sentença e nem de elaborar aquele que é um dos argumentos mais verdadeiros, antigos e enfadonhos. O progresso secular, o qual é visto como algo natural e automático, em conjunto com a insegurança individual, que alimenta a inveja, é naturalmente a melhor receita para alimentar a inquietação social. Entretanto, todo esse processo de transformação requer mais do que apenas a acumulação de riqueza: alguém tem de ativamente insuflar hostilidade às instituições da economia de mercado. Esse papel é desempenhado pelas classes intelectuais, que frequentemente abrigam um profundo ressentimento em relação às instituições empreendedorais.

Os intelectuais incitam descontentamento entre um crescente número de pessoas cuja riqueza, em última instância, depende da produtividade do empreendedorismo, mas que, na prática, vivem majoritariamente fora da concorrência do mercado. Pessoas mais jovens são particularmente mais vulneráveis a esse preconceito antimerca-

do, o qual é normalmente instilado por meio de escolas e faculdades. Segundo Schumpeter, portanto, o capitalismo poderia se destruir a si próprio ao criar: a) uma classe de intelectuais que vituperam o progresso material e o individualismo e exaltam um eventual arranjo que seria baseado no “bem comum” (o qual seria, obviamente, definido e organizado pelos intelectuais), e b) pessoas que aceitam como fato consumado aquelas prateleiras de lojas e supermercados repletos de produtos de ampla variedade (como bem disse Paglia). Falando mais coloquialmente, nós nos tornamos gordos e preguiçosos, e passamos a ficar obcecados com a distribuição de riqueza, e não com os pilares sobre os quais sua criação é possibilitada. E é a partir daí que as tragédias começam a ocorrer. No caso do socialismo, elas tomam a forma de homicídios em massa.

CONCLUSÃO

No final, não importa se o tipo de socialismo defendido é idílico e bem-intencionado. Aquelas pessoas, normalmente adolescentes ricos, artistas e intelectuais acadêmicos, que professam ideias socialistas aparentemente não se lembram de como realmente era o mundo quando o socialismo era realmente aplicado. É fácil defender ideias socialistas quando se vive em um mundo opulento em que a comida é farta e barata. É fácil defender o regime venezuelano morando-se em um país rico.



Crédito Imobiliário

Sua casa própria com as melhores condições

Juros baixos para construção e aquisição de imóvel, compra de terreno e de material de construção*.

Consulte as normas e condições vigentes.
*Material de construção somente para militares das Forças Armadas e conveniados.

FHE

POUPEX

